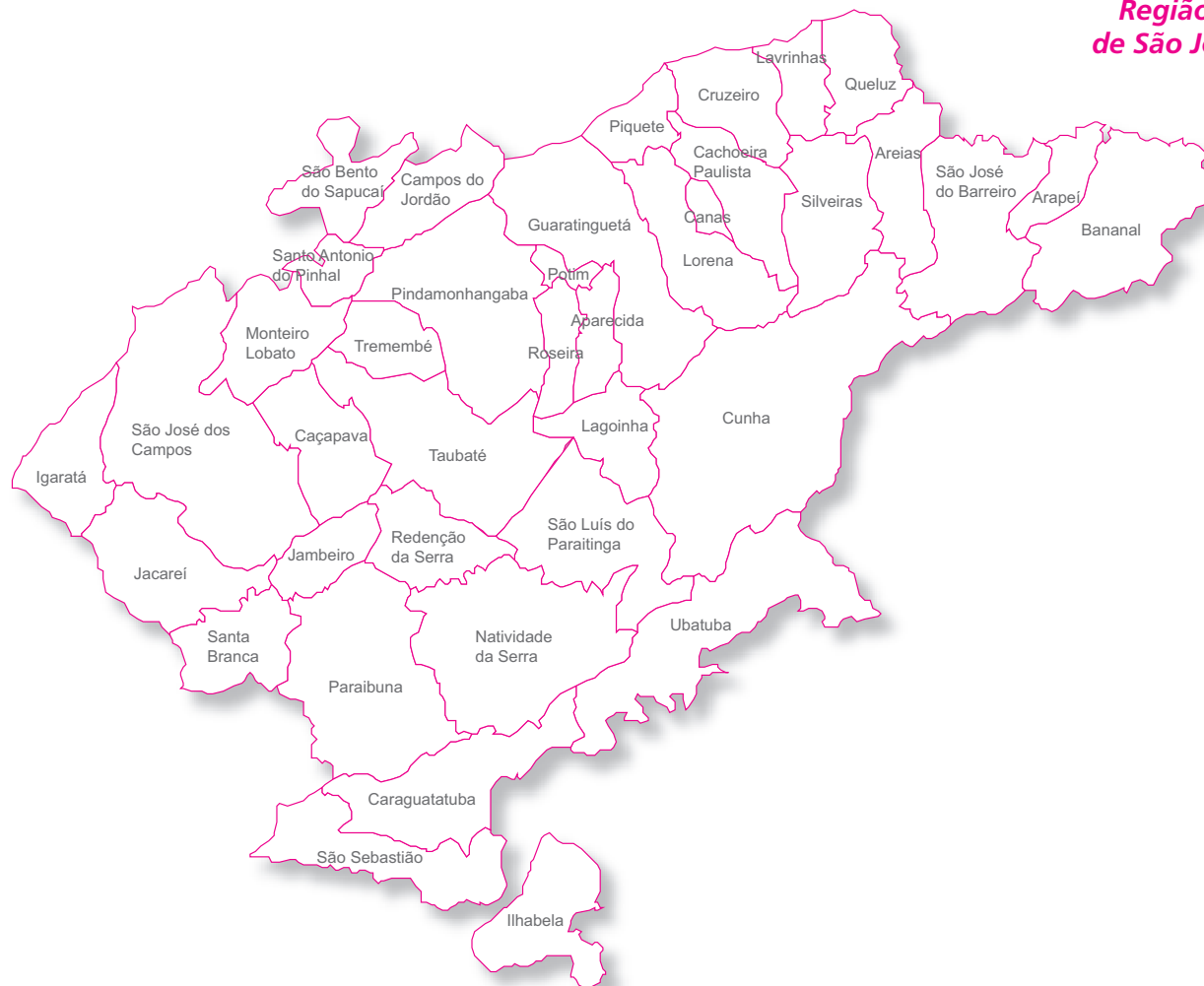


**Região Administrativa
de São José dos Campos**



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000
Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo**

Presidente

Deputado Sidney Beraldo

1º Secretário

Deputado Emidio de Souza

2º Secretário

Deputado José Caldini Crespo

1º Vice-Presidente

Deputado Roque Barbieri

2º Vice-Presidente

Deputado Ary Fossen

3º Secretário

Deputado Marquinho Tortorello

4º Secretário

Deputada Maria Lúcia Prandi

UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Emidio de Souza
1º Secretário

Deputado José Caldini Crespo
2º Secretário



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento

Andrea Sandro Calabi

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira – interina

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

Diretora Adjunta de Produção de Dados

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

Chefia de Gabinete

José Max Reis Alves

Conselho de Curadores

Andrea Sandro Calabi (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar na *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo
Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade

Felícia Reicher Madeira

Diretora Executiva da Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9
Região Administrativa São José dos Campos, 19

Municípios

Aparecida, 25	Natividade da Serra, 65
Arapeí, 27	Paraibuna, 67
Areias, 29	Pindamonhangaba, 69
Bananal, 31	Piquete, 71
Caçapava, 33	Potim, 73
Cachoeira Paulista, 35	Queluz, 75
Campos do Jordão, 37	Redenção da Serra, 77
Canas, 39	Roseira, 79
Caraguatatuba, 41	Santa Branca, 81
Cruzeiro, 43	Santo Antonio do Pinhal, 83
Cunha, 45	São Bento do Sapucaí, 85
Guaratinguetá, 47	São José do Barreiro, 87
Igaratá, 49	São José dos Campos, 89
Ilhabela, 51	São Luís do Paraitinga, 91
Jacareí, 53	São Sebastião, 93
Jambeiro, 55	Silveiras, 95
Lagoinha, 57	Taubaté, 97
Lavrinhas, 59	Tremembé, 99
Lorena, 61	Ubatuba, 101
Monteiro Lobato, 63	

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,¹ para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

Quadro 1
Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e

Quadro 2
Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.
Nota: Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* refe-
ridos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz
respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores
foram empregados para a construção de grupos homogêneos de
municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise
multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as es-
calas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discre-
tas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica,
considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa,
Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, defini-
ram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabele-
cimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os
limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS es-
tão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os
adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, prin-
cipalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análi-
ses comparativas entre os grupos mas não entre os municípios –
deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na
de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos
os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites
adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aque-
les grupos.

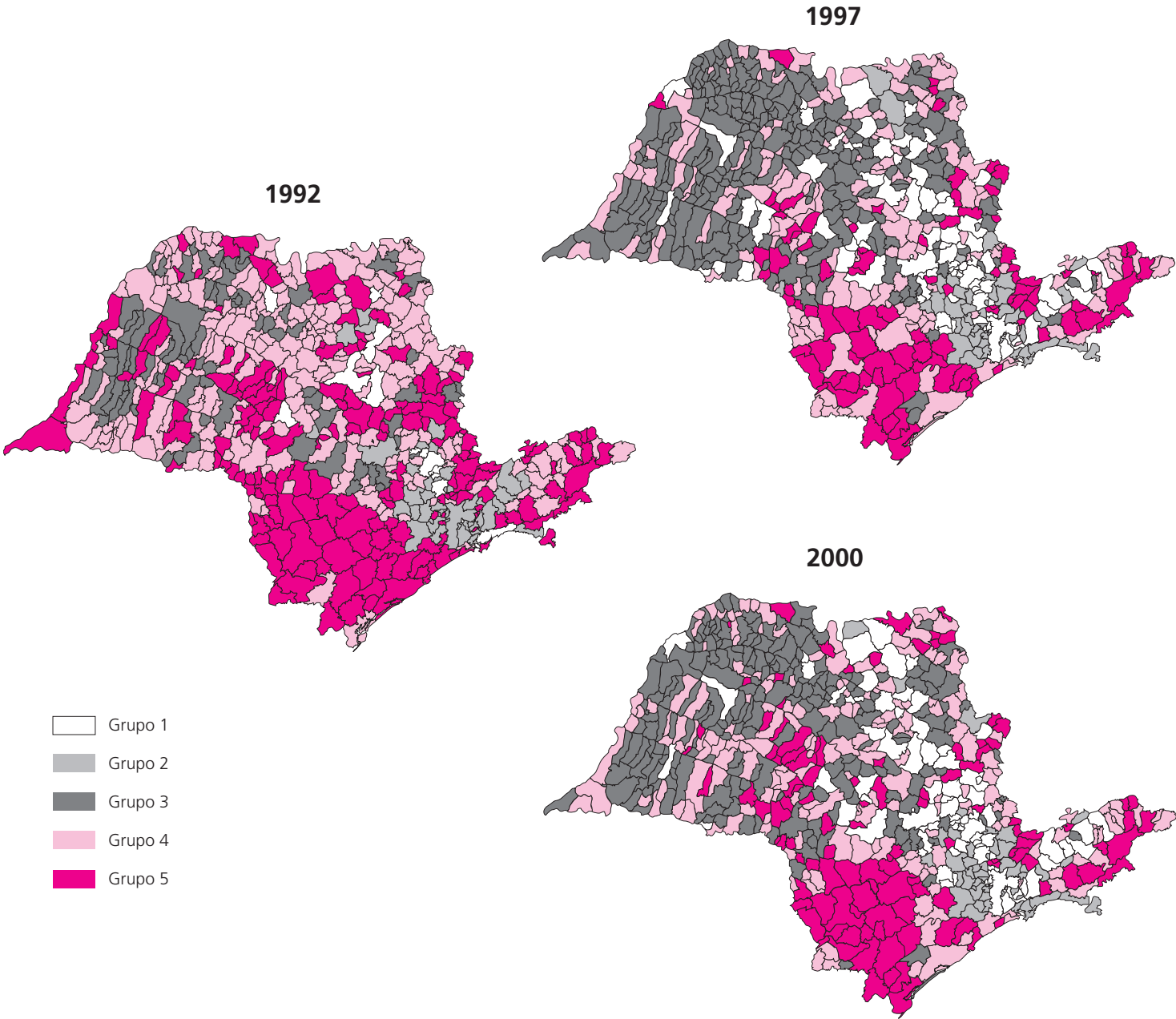
A partir das combinações das escalas das três dimensões, reali-
zadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral,
empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

Grupo 1 – incorpora os municípios localizados ao longo dos
principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presi-
dente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os
81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de
habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior
dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes
municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto
e os municípios do ABC), além de outros com importante dimen-
são econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru,
Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo
associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indica-
dores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maio-
res, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas
populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais
agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade
apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia
Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existen-
tes no interior da Região Administrativa de Campinas.

Grupo 2 – corresponde aos municípios que, embora com
níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indi-
cadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas me-
tropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui ape-
nas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de
habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

Mapa 1
Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

Grupo 3 – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

Grupo 4 – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5 – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

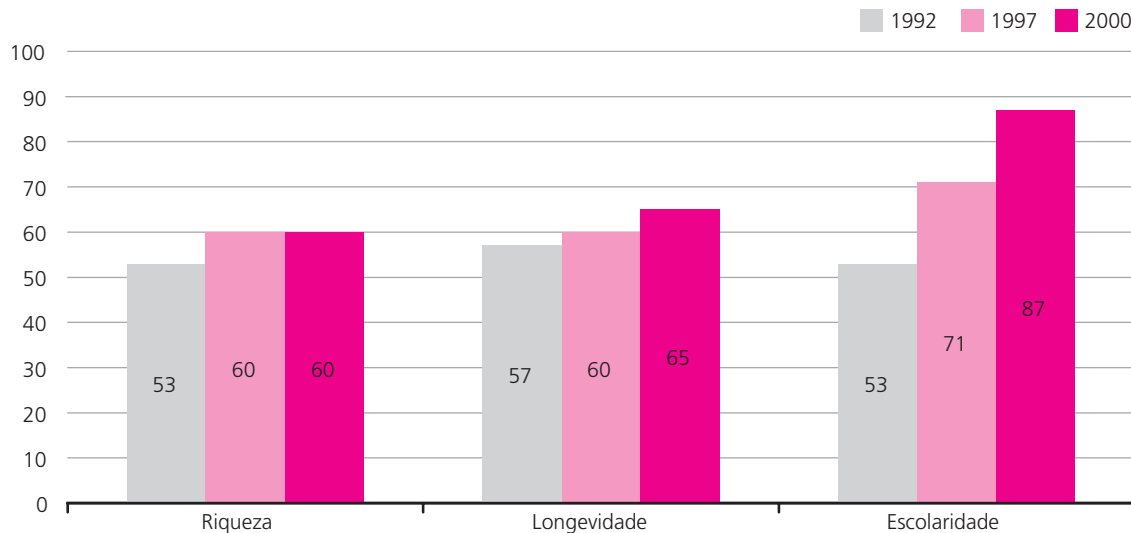
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e o dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997² e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

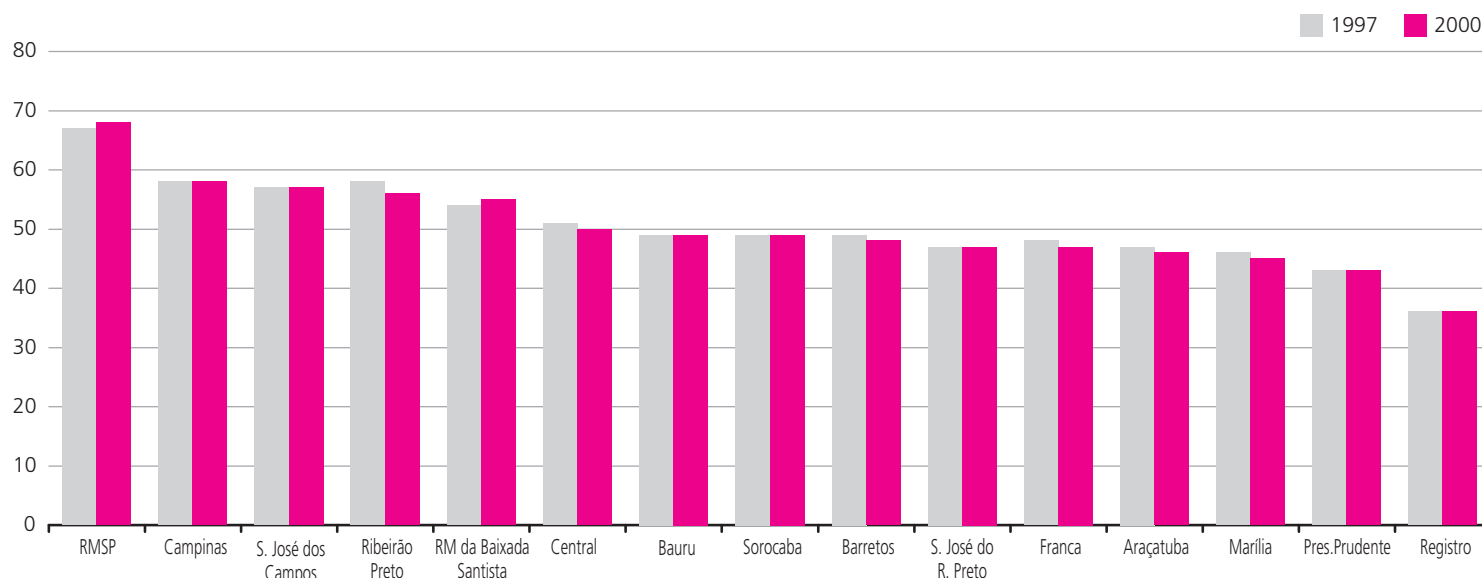
Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,³ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

² Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

³ As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

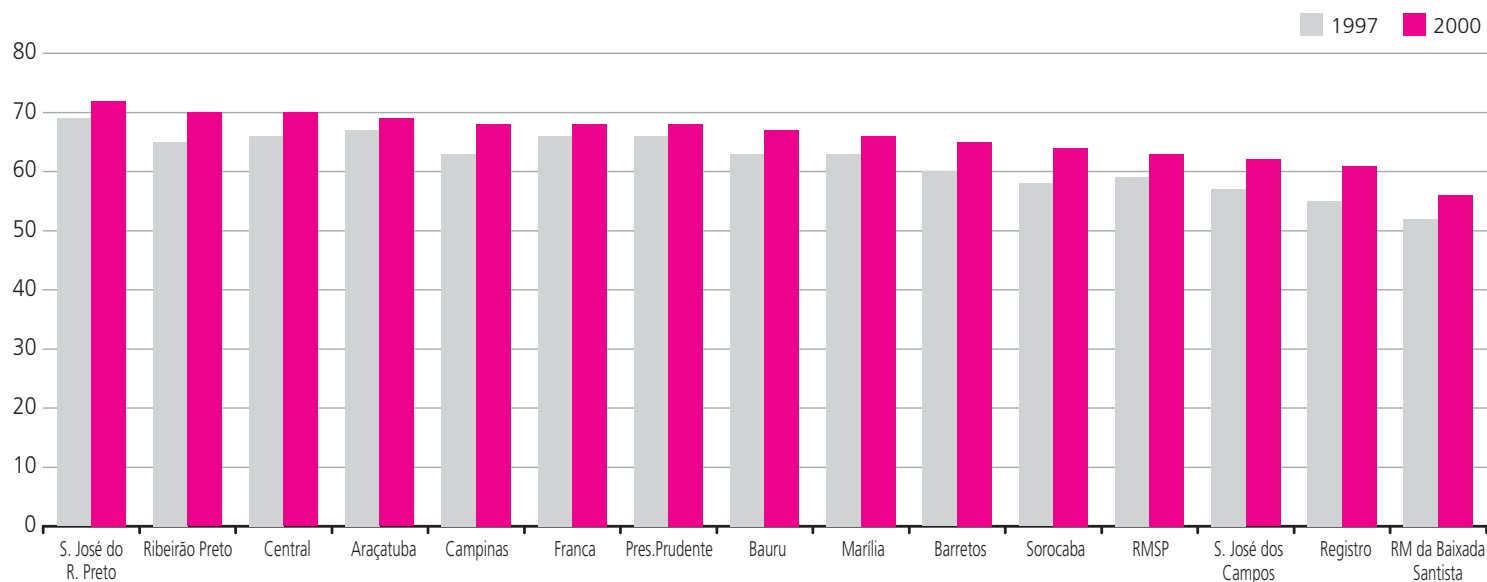
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,⁴ a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

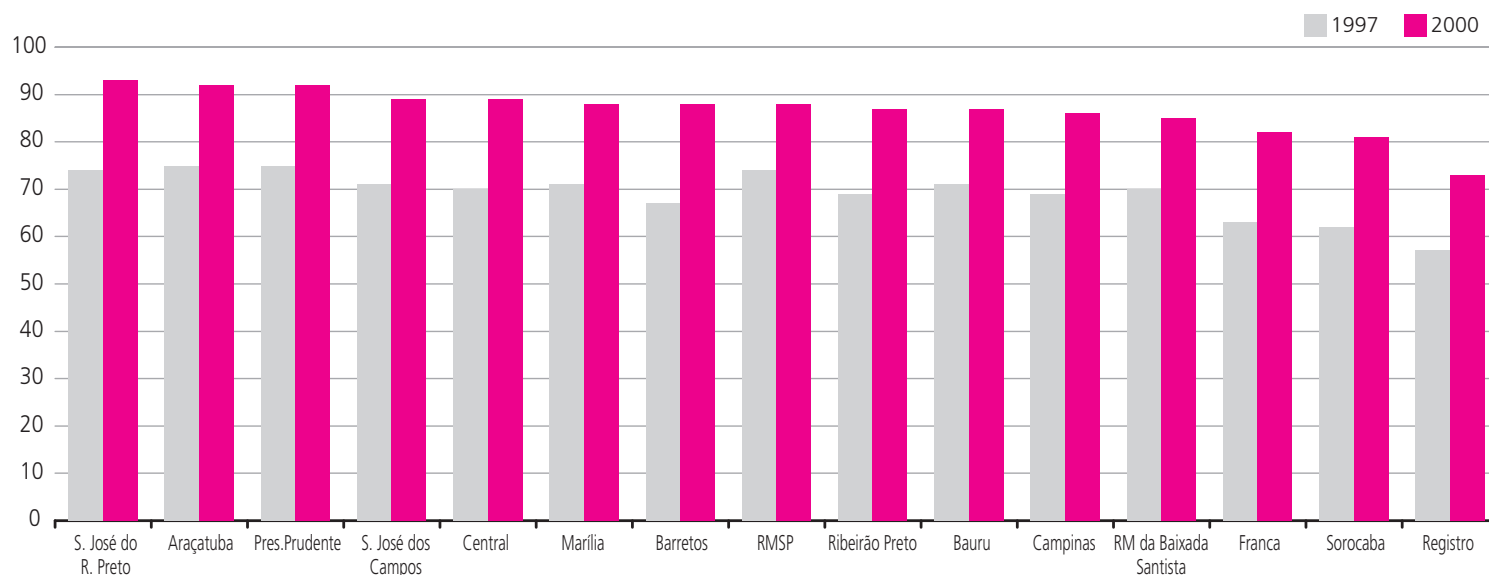
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),⁵ que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

⁴ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁵ Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,⁶ como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.⁷ Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11^a na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

6 Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.
7 Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

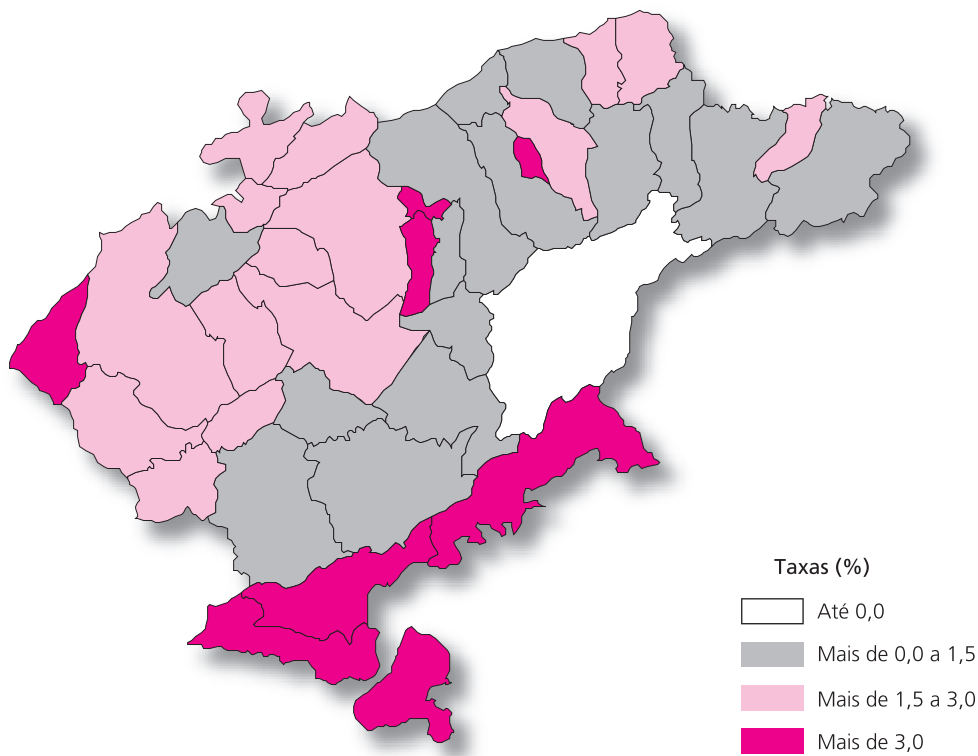
População e território

A Região Administrativa de São José dos Campos é composta por 39 municípios localizados na área leste do Estado de São Paulo, onde residem quase 2 milhões de habitantes. Apesar de ser a quarta região mais densamente povoada do Estado, com 122,2 habitantes/km², a densidade demográfica entre seus municípios é bastante variável. Existem exemplos de baixa concentração populacional, como São José do Barreiro (6,9 hab./km²), Natividade da Serra (8,2 hab./km²) e Monteiro Lobato (10,7 hab./km²), mas também há municípios densamente povoados, como

São José dos Campos (471,4 hab./km²), Taubaté (400,3 hab./km²) e Jacareí (412,5 hab./km²). Além destes, vários apresentam densidade demográfica acima de 100 habitantes/km²: Aparecida (290,7 hab./km²), Caçapava (201,1 hab./km²), Caragatatuba (163,8 hab./km²), Cruzeiro (233,9 hab./km²), Guaratinguetá (141,8 hab./km²), Lorena (194,8 hab./km²), Pindamonhangaba (168,6 hab./km²), Potim (301,4 hab./km²), São Sebastião (120,5 hab./km²) e Tremembé (187,8 hab./km²).

Ao longo da última década, a população da região cresceu em média 2,2% ao ano, taxa praticamente igual à da Região Metropolitana da Baixada Santista, mas pouco menor do que a

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município
RA de São José dos Campos
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

das regiões de Campinas e Sorocaba. Em diversos municípios, o crescimento foi bastante significativo, como Canas (3,1% a.a.), Caraguatatuba (4,6% a.a.), Igaratá (3,1% a.a.), Ilhabela (5,0% a.a.), Potim (3,8% a.a.), Roseira (3,7% a.a.), São Sebastião (6,3% a.a.), Tremembé (2,7% a.a.) e Ubatuba (4,0% a.a.). Mesmo em São José dos Campos, o crescimento foi expressivo (2,3% a.a.).

Freqüentemente, percebe-se que o crescimento populacional não é acompanhado, na mesma proporção, por obras de saneamento.⁸ Em Canas, que presenciou intenso crescimento de sua população, a coleta de esgoto atende a 57% dos domicílios. Em municípios que apresentam tanto alta densidade demográfica quanto expressivo crescimento populacional, a cobertura da coleta de esgoto é heterogênea: em São Sebastião, apenas 37,5% dos domicílios são atendidos e em São José dos Campos a cobertura chega a 90,5% das residências.

São os municípios litorâneos, entretanto, que demonstram índices preocupantes de saneamento. Além do caso de São Sebastião, as situações de Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba são graves no que diz respeito à cobertura da rede de esgoto: no primeiro, o atendimento chega a apenas 3,8% dos domicílios e, nos outros dois, corresponde a 25,3% e 22,4%, respectivamente.

Economia

Uma das regiões de mais longa história no Estado de São Paulo, os municípios da Região Administrativa de São José dos Campos acompanharam mudanças socioeconômicas desde o período colonial. Isso se deu, sobretudo, pelo fato de a região ser rota de passagem para o Rio de Janeiro, o litoral e o interior, onde, em séculos passados, encontravam-se as intensas atividades de mineração. A inserção produtiva e a formação cultural da região, entretanto, ocorreram somente a partir do segundo quarto do século XIX, com o desenvolvimento da cultura cafeeira. O período mais representativo do café, em grande parte dos municípios da região, foi de 1850 a 1860, época que trouxe infraestrutura e requintou a vida social da região. Em etapa posterior, a região perdeu mercado para a maior produtividade da lavoura de café do oeste paulista, o que resultou em mudanças significativas no cotidiano dos municípios, tanto nos localizados no Vale do Paraíba, quanto naqueles do litoral norte, que serviam como ponto exportador do café.

Atualmente, os municípios que compõem a Região Administrativa de São José dos Campos formam um mosaico bastante heterogêneo. Encontram-se municípios com alto grau de industrialização, sobretudo aqueles às margens da Rodovia Presidente Dutra, mas também os serranos e litorâneos, que ainda guardam vestígios naturais intocados, além daqueles que, desde a decadência do café, não conseguiram recuperar seu dinamismo econômico. Tais características tornam maior o desafio de articulação dessas áreas em torno de objetivos comuns, procurando conciliar atividades desenvolvidas nos municípios do Vale, com alto grau de conurbação, com o desenvolvimento de municípios turísticos nas Serras da Mantiqueira e do Mar, que possuem trechos protegidos por unidades de conservação.

As atividades turísticas nos municípios serranos e litorâneos constituem importante componente do dinamismo da economia regional. Em São Sebastião, além do turismo, as atividades portuárias, especialmente as relacionadas com a indústria petrolífera, cumprem papel destacado.

Em diversos municípios, como Guaratinguetá, Jacareí, Canas, Roseira, Pindamonhangaba e Taubaté, existe uma combinação das atividades agropecuárias e industriais. As indústrias são de pequeno, médio e grande portes, pertencentes aos setores alimentício, metal-mecânico, químico, farmacêutico, têxtil, de autopeças, de papel e de plástico. Na pecuária, é conhecida a criação de gado leiteiro, formando a tradicional bacia leiteira do Vale do Paraíba. Além disso, diversos municípios criam suínos, eqüinos, muars, caprinos, ovinos, bubalinos, aves e peixes, além de cultivarem arroz e produtos hortifrutigranjeiros.

São José dos Campos, sede da região administrativa, destaca-se como complexo industrial, apresentando importante desempenho nos setores automotivo, de telecomunicações, aeroespacial e de defesa, além do químico e petrolífero, cujos efeitos dinamizadores das atividades econômicas espalham-se por seu entorno. O município também abriga importantes estabelecimentos de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), vinculado ao Comando da Aeronáutica, que engloba o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv) e o Instituto de Fomento Industrial (IFI). No município também estão a Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp), a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), a Escola de Engenharia

⁸ No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.

Industrial de São José dos Campos (EEL), as Faculdades de Ciências Aplicadas (Facap), o Instituto de Filosofia Santa Terezinha e a Universidade Paulista (Unip).

Entre 1996 e 2002, US\$ 18.173,9 milhões foram anunciados em investimentos para a região. Desse total, 92,7% destinaram-se ao setor industrial (US\$ 16.849,4 milhões), com destaque para a indústria aeronáutica, de papel e celulose, automotiva, de material elétrico, metalúrgica e química. Para o comércio, foram direcionados US\$ 165,3 milhões, para o setor de serviços, US\$ 1.140,1 milhão e para os demais setores, US\$ 19,1 milhões.

IPRS na Região Administrativa de São José dos Campos

A configuração socioeconômica bastante particular da Região Administrativa de São José dos Campos pode ser observada detalhadamente no presente trabalho. Uma primeira aproximação pode ser observada na distribuição dos municípios nos cinco grupos do IPRS, em que se constata uma grande heterogeneidade regional.

No Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, estão classificados seis municípios; quatro classificaram-se no Grupo 2, que contém aqueles que possuem bons indicadores de riqueza, mas indicadores socioeconômicos insatisfatórios; somente Tremembé classificou-se no Grupo 3, cuja principal característica é agregar municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, conseguem exibir níveis sociais satisfatórios; nos Grupos 4 e 5, foram classificados 18 e 10 municípios, respectivamente. Recorde-se que estes grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

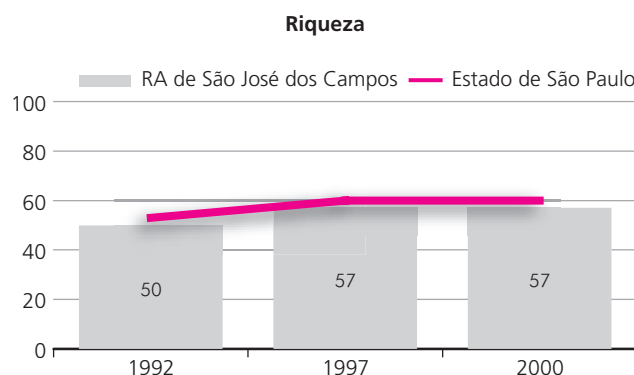
O indicador agregado de riqueza mostra que, tal como para o conjunto do Estado, a Região Administrativa de São José dos Campos cresceu nessa dimensão entre 1992 e 1997,⁹ mas estabilizou-se no período recente. Apenas 13 de seus municípios apresentaram ligeiro aumento deste indicador, mas alguns ainda continuam com nível de riqueza bastante baixo, como Lagoinha (23) e São Luís do Paraitinga (26). Entre os 21 municípios que não mostraram variação deste indicador, estão Caçapava,

Caraguatatuba, Cruzeiro, Jacareí, São Sebastião e Tremembé. Os demais registraram retração na dimensão riqueza, como Canas, Taubaté, Monteiro Lobato e Guaratinguetá. A Região Administrativa de São José dos Campos é a terceira colocada nesta dimensão, superada apenas pela Região Metropolitana de São Paulo e Região Administrativa de Campinas.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 1997 e 2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços passou de 12,6 MW para 15,0 MW, não atingindo a média do Estado (16,3%), em 2000;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estabilizado em 2,4 MW, pouco inferior à média do Estado (2,6 MW), em 2000;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 873 para R\$ 789 e a média do Estado, em 2000, foi de R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 7.520 para R\$ 8.701, mantendo-se acima da média do Estado (R\$ 4.890), em 2000.

Nota-se que houve importante crescimento do consumo de energia elétrica, nos setores primário e terciário, e do valor adicionado fiscal *per capita*, este último associado ao desempenho do setor industrial, o que sugere aumento de suas atividades econômicas setorialmente generalizado. Tal comportamento distingue São José dos Campos da maioria das regiões administrativas, onde, se houve algum crescimento da atividade econômica, foi concentrado nos setores primário e terciário. Já os indicadores associados à renda e ao consumo das famílias não apresenta-



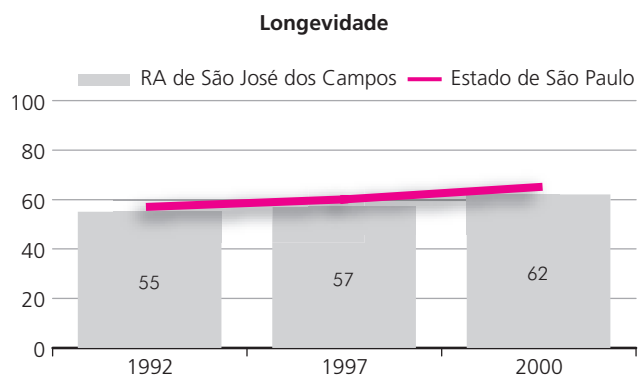
⁹ Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97, à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

ram expansão. Ao contrário, o salário médio do setor formal, tal como se observou no conjunto do Estado, reduziu-se.

No que se refere à longevidade, nota-se significativa melhoria ao longo do período de análise, mas seu patamar ainda se encontra pouco inferior ao do total do Estado. Quase todos os municípios da região ampliaram seus escores de longevidade, com exceção de cinco, que registraram redução, e de Cachoeira Paulista, que apresentou estabilidade. A despeito deste bom desempenho da maioria dos municípios da região, não se pode afirmar que todos possuem indicadores de longevidade satisfatórios. Campos do Jordão (47), Cunha (49) e Lorena (48), por exemplo, mesmo obtendo progressos em seus escores, entre 1997 e 2000, são os municípios com as piores colocações na escala de longevidade da região. Em contraste, Arapeí (88), Bananal (83) e Monteiro Lobato (73) estão entre os mais bem posicionados.¹⁰

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,0 para 17,5, enquanto a média do Estado, em 2000, era de 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 24,0 para 21,9 e a média do Estado, em 2000, foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,5 para 2,2, igualando-se à média do Estado, em 2000;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 45,4 para 40,9 e a média do Estado, em 2000, era de 39,7.

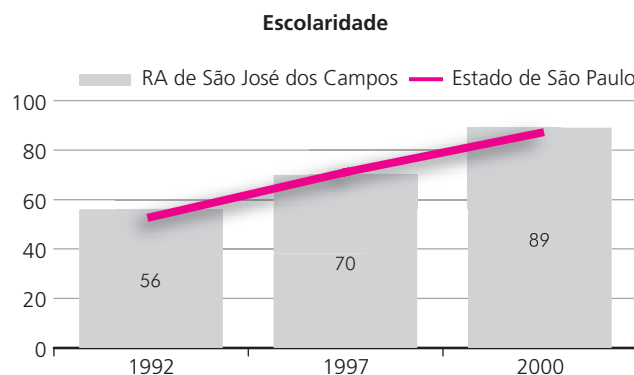


Houve, portanto, redução de todos os indicadores de mortalidade na região, mesmo que em poucos municípios o movimento tenha sido oposto. Entretanto, diferentemente dos resultados na dimensão riqueza, a Região Administrativa de São José dos Campos está entre as três regiões em pior situação, em 2000, no que se refere à longevidade. A despeito dos progressos experimentados no período, esses não alteraram sua classificação em relação àquela registrada em 1997.

No caso da dimensão escolaridade, a Região Administrativa de São José dos Campos situa-se num patamar ligeiramente superior ao do conjunto do Estado. Os melhores escores pertencem aos municípios de maior população, como São José dos Campos (94) e Taubaté (92), e ao pequeno município de Piquete (92), seguidos por Guaratinguetá (91) e Lorena (91), Cruzeiro (90) e Jacareí (90). Entretanto, 29 municípios não lograram atingir o escore médio do Estado (87), como Tremembé (83), Cachoeira Paulista (79), Santa Branca (78), Campos do Jordão (75), Jambeiro (75), Ubatuba (73), Monteiro Lobato (72) e São Sebastião (71). Porém, os casos mais preocupantes são Ilhabela (68), São Luís do Paraitinga (68), Redenção da Serra (68), Silveiras (68), São José do Barreiro (67), Cunha (65), Canas (63) e, sobretudo, Natividade da Serra (53), por estarem classificados nas últimas posições da escala de escolaridade.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 49,2% para 67,0%, superando a média do Estado (65,6%), em 2000;



10 O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 27,9% para 45,1%, também acima da média do Estado (44,6%), em 2000;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 93,4% para 96,0%, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 95,7%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 96,6% para 97,0% e a média do Estado, em 2000, foi de 96,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 29,5% para 32,9%, ficando acima da média do Estado (29,2%), em 2000.

Tais informações revelam que houve significativo crescimento das variáveis de escolaridade, sendo que, para o conjunto da região, todas ultrapassaram a média estadual em 2000.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa de São José dos Campos, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico distinguiu-se do observado para o conjunto do Estado, tendo em vista a continuidade do crescimento das atividades econômicas, inclusive industriais. Porém, nos indicadores de consumo e renda das famílias, não houve melhoria, o que impediu a expansão do indicador de riqueza da região.

Entre os municípios que mais ampliaram o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, destacam-se São José dos Campos, Jambeiro, Caçapava e, sobretudo, São Sebastião. Já no que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, 16 municípios apresentaram aumento desta variável, que foi particularmente intenso em São José dos Campos e Jambeiro. Quanto ao comportamento dos salários médios reais, como já se afirmou, houve redução na maioria dos municípios, sendo mais in-

tensa em Taubaté, Canas, Natividade da Serra, Silveiras e Monteiro Lobato.

As taxas de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes, mas mantiveram-se, em 2000, acima das médias estaduais. Em alguns municípios seus patamares são ainda excessivamente elevados – como os de mortalidade infantil em Silveiras e Potim, de mortalidade perinatal em São José do Barreiro, Santo Antonio do Pinhal, Roseira, Queluz, Potim, Piquete, Lorena, Cunha, Campos do Jordão e Cachoeira Paulista, de mortalidade de jovens e adultos em Caraguatatuba e Lorena e de mortalidade de idosos em Redenção da Serra, Queluz, Campos do Jordão e Areias. Mesmo assim, o comportamento geral dessa dimensão foi favorável, mas grandes esforços ainda devem ser realizados para aumentar e tornar mais homogênea a dimensão longevidade na Região Administrativa de São José dos Campos.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis em todas as suas variáveis. Os avanços mais importantes foram observados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Arapeí, Campos do Jordão, Ilhabela, Jambeiro, Lagoinha, Piquete, Potim, Redenção da Serra, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São Luís do Paraitinga e Ubatuba. No caso do segmento da população juvenil com ensino médio completo, os casos mais bem sucedidos foram os de Arapeí, Jambeiro, Areias, Jacareí e São José dos Campos. Cabe notar, ainda, que a participação da rede municipal na oferta de vagas do ensino fundamental, na maioria dos municípios e no total da região, está acima da média estadual.

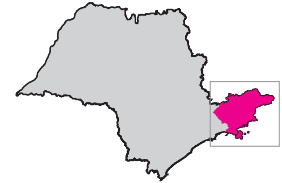
Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	1.988.498
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	122,23
Número de Domicílios Particulares Permanentes	497.518
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	81,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	94,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	15,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

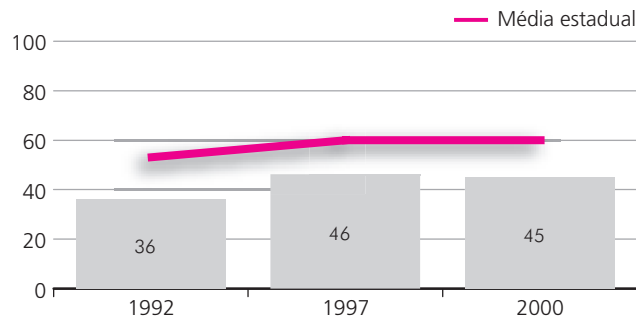
APARECIDA

Aparecida manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, junto com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social, pois, aos níveis baixos de riqueza municipal, apresenta indicadores intermediários de longevidade e escolaridade.



Riqueza: recuo da atividade industrial e do rendimento médio

Aparecida ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 196^a
2000 – 207^a



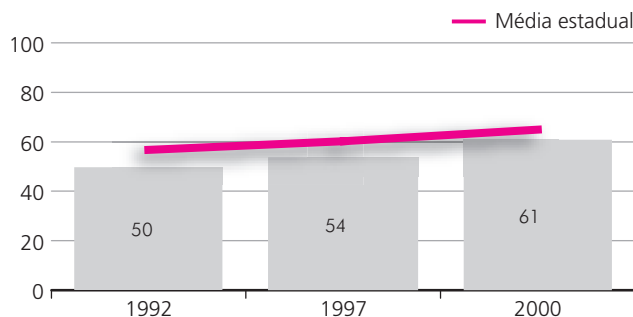
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,4 MW para 13,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação praticamente manteve-se em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal apresentou uma pequena queda de R\$ 492 para R\$ 438;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.430 para R\$ 1.198.

Aparecida registrou queda do valor adicionado e do rendimento médio, que não foi compensada pelo crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário, fazendo o município recuar algumas posições no *ranking* geral e seu índice agregado permanecer abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: queda da mortalidade entre os jovens e adultos

Aparecida ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 537^a
2000 – 473^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

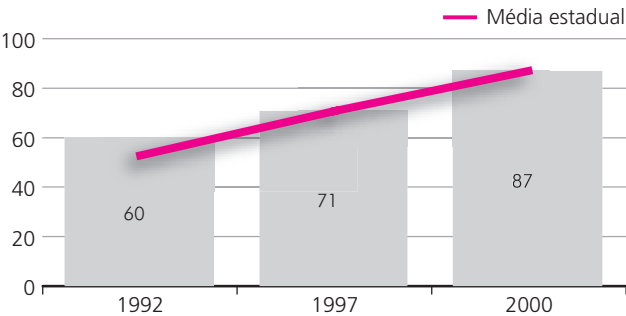
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 21,8 para 22,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) apresentou queda de 23,6 para 19,9;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,9 para 2,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 48,3 para 42,6.

Apesar do aumento da taxa de mortalidade infantil, Aparecida registrou queda em todas as demais variáveis, melhorando sua posição no *ranking*, embora sua pontuação agregada tenha permanecido abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Aparecida ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 174^a
2000 – 202^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 48,6% para 68,0%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio elevou-se de 28,7% para 41,6%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,3% para 94,1%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo registrou aumento de 97,0% para 98,1%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública passou de 31,5% para 31,7%.

Apesar de ter perdido posições no *ranking* geral, o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio elevou a pontuação agregada de Aparecida para patamar igual à média do Estado, embora abaixo da média regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	34.888
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	290,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	8.907
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de Aparecida no Grupo 4 do IPRS refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, em particular o primeiro, e a melhoria das taxas de mortalidade, não obstante o aumento da taxa de mortalidade infantil. Na dimensão riqueza predominou o recuo da atividade industrial.

Ranking 2000

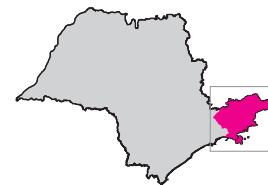
207^o
Riqueza

473^o
Longevidade

202^o
Escolaridade

ARAPÉI

Nas edições do IPRS de 1997 e 2000, Arapetí manteve-se no Grupo 4, junto aos municípios que, em relação ao total do Estado, apresentam baixos níveis de riqueza municipal, níveis intermediários de escolaridade e posição privilegiada na dimensão longevidade, com índice superior às médias da Região e do Estado.

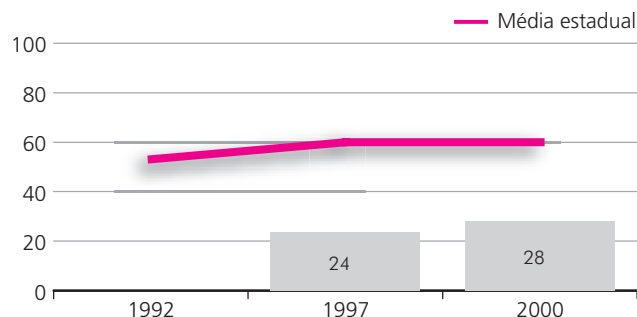


Riqueza: crescimento generalizado

Arapetí ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 623^a

2000 – 599^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 7,4 MW para 8,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial cresceu de 1,5 MW para 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 242 para R\$ 278;
- o valor adicionado fiscal *per capita* avançou de R\$ 357 para R\$ 487.

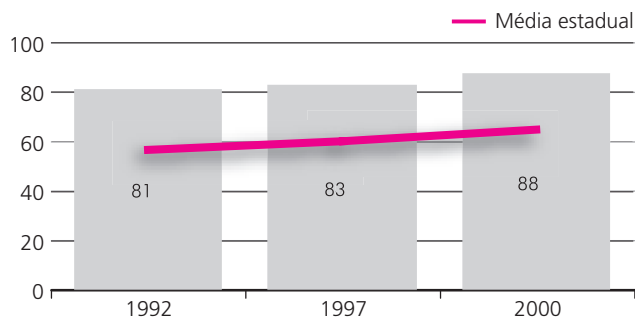
Arapetí registrou crescimento em todas as atividades econômicas e no rendimento médio, que melhorou sua posição no *ranking* geral, embora seu índice agregado tenha ficado em patamar inferior às médias observadas para a Região e para o conjunto dos municípios do Estado.

Longevidade: posição privilegiada

Arapetí ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 7^a

2000 – 7^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) teve um pequeno aumento de 2,5 para 2,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 5,1 para 8,4;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) registrou queda de 1,9 para 1,0;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 31,2 para 21,9.

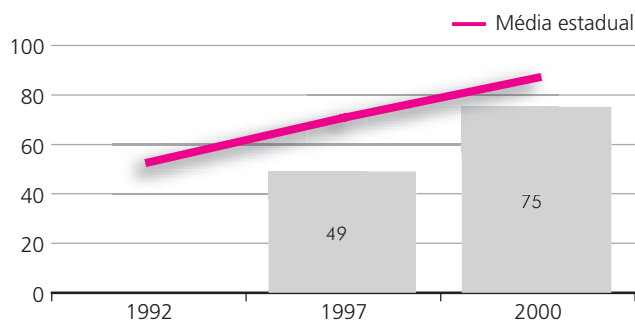
Não obstante o pequeno porte de Arapetí requerer cuidados nas análises das variações observadas, o fato é que o município apresenta taxas de mortalidade extremamente reduzidas em todas as faixas de idade, o que lhe reservou lugar privilegiado no *ranking* e manteve o seu índice agregado em patamar muito superior aos índices médios regional e estadual.

Escolaridade: expansão das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Arapeí ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 588^a

2000 – 476^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 31,0% para 51,0%;
- a proporção de pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio registrou expressivo aumento de 13,9% para 37,9%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 88,4% para 98,4% e aquelas de 15 a 24 anos caiu de 92,8% para 91,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se em 100%.

Arapeí expandiu as taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e a alfabetização das crianças, ganhando posições no *ranking* geral, muito embora o índice agregado do município tenha permanecido abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	2.615
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	18,95
Número de Domicílios Particulares Permanentes	551
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	66,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	94,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	95,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,75

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise dos indicadores do IPRS mostra que Arapeí registrou crescimento nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e na taxa de alfabetização das crianças. Na dimensão longevidade o município manteve em patamares muito reduzidos as taxas de mortalidade em todas as faixas de idade e, no indicador de riqueza, atingiu bons resultados.

Ranking 2000

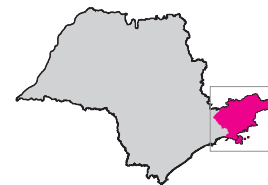
599^o
Riqueza

7^o
Longevidade

476^o
Escolaridade

AREIAS

Areias manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, junto aos municípios com baixos níveis de riqueza municipal e em transição social. Seu pequeno porte e o baixo nível de riqueza municipal que o caracteriza não impedem o município de apresentar indicadores de longevidade acima da média regional, embora abaixo da média estadual, e níveis de escolaridade em patamares intermediários.

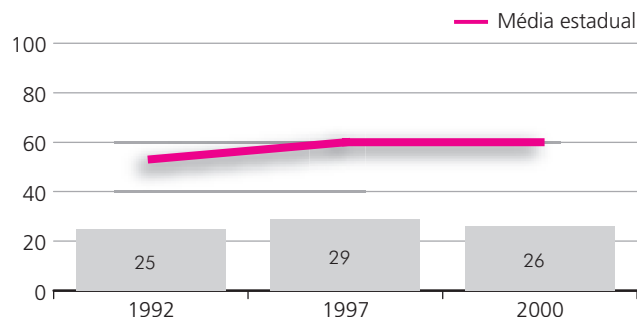


Riqueza: queda do valor adicionado fiscal

Areias ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 559^a

2000 – 621^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 5,7 MW para 5,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial cresceu de 1,4 MW para 1,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 436 para R\$ 340;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.087, para R\$ 379.

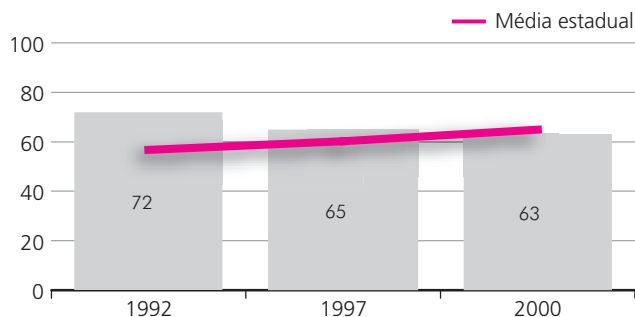
Areias registrou regressão nas atividades econômicas, o que fez o município perder posições no *ranking* geral e seu índice agregado diminuir a pontuação, mantendo-se abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: resultados desfavoráveis

Areias ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 260^a

2000 – 426^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

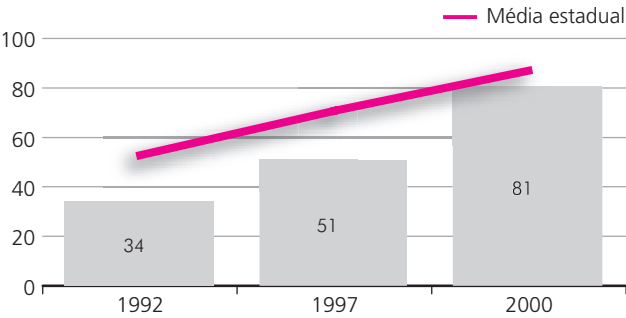
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 11,5 para 17,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 13,2 para 14,7;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 1,9 para 2,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 58,6 para 52,6.

Mesmo considerando o pequeno porte de Areias, o aumento das taxas de mortalidade, com exceção das pessoas com mais de 60 anos, fez o município perder posições no *ranking* e colocou seu índice agregado um ponto acima da média regional, mas abaixo da média do Estado.

Escolaridade: importantes avanços

Areias ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 575^a
2000 – 355^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 27,2% para 43,1%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 19,0% para 41,5%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 87,4% para 98,3% e a das pessoas de 15 a 24 anos cresceu de 93,82% para 96,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se em 100%.

Areias registrou avanços importantes nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e na alfabetização das crianças, além da municipalização integral do ensino fundamental, o que lhe rendeu posições no *ranking* geral e na sua pontuação agregada, embora esta ainda tenha ficado abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.597
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	11,83
Número de Domicílios Particulares Permanentes	615
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	77,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	86,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	97,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,94

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise dos indicadores do IPRS de Areias demonstra que o município apresentou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e resultados desfavoráveis na dimensão longevidade, (com redução apenas da taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos). Na dimensão riqueza, registrou recuo no nível de atividades, em particular da industrial.

Ranking 2000

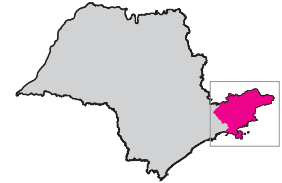
621^o
Riqueza

426^o
Longevidade

355^o
Escolaridade

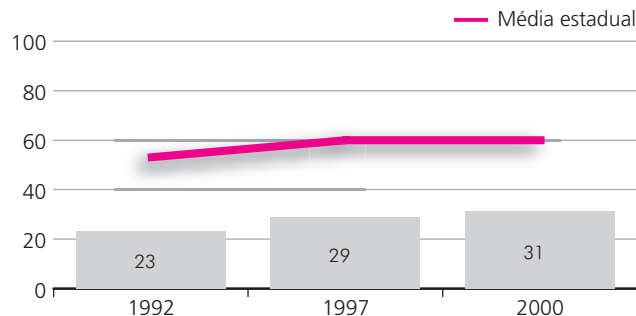
BANANAL

Bananal manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, juntamente com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social, já que, ao seu nível baixo de riqueza municipal, apresenta índices de longevidade invejáveis e acima das médias regional e estadual e indicadores de escolaridade em níveis intermediários.



Riqueza: crescimento das atividades dos setores primário e terciário

Bananal ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 568^a
2000 – 546^a



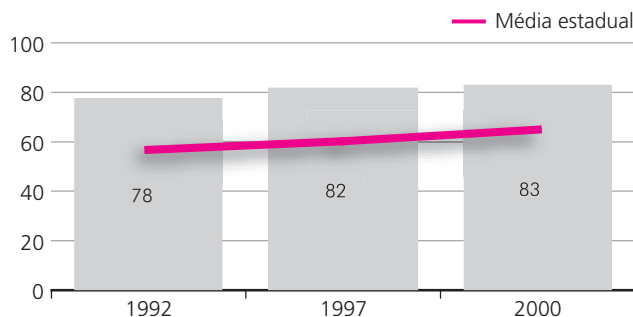
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,9 MW para 8,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 299 para R\$ 317;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 712 para R\$ 605.

Bananal registrou crescimento nas atividades ligadas aos setores primário e terciário e no rendimento médio, o que compensou o recuo do valor adicionado fiscal, fazendo o município ganhar posições no *ranking*, embora seu índice agregado tenha permanecido abaixo das respectivas médias do Estado e da Região.

Longevidade: oscilação da taxa de mortalidade infantil não compromete posição

Bananal ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 13^a
2000 – 16^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

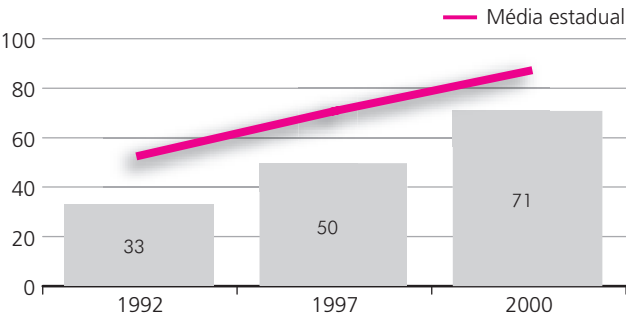
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 4,0 para 5,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 7,8 para 5,7;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 1,2 para 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 36,8 para 34,8.

Embora o crescimento da mortalidade infantil tenha feito Bananal perder algumas posições no *ranking*, a manutenção em nível muito reduzido desta e das demais taxas manteve sua posição de destaque no *ranking*, e sua pontuação agregada em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Bananal ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 584^a
2000 – 550^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental apresentou aumento de 29,4% para 49,1%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 17,5% para 27,7%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 85,7% para 95,5% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 94,4% para 95,5%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública passou de 68,2% para 65,7%.

Embora Bananal tenha registrado crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que melhorou sua posição no *ranking*, o aumento da pontuação do seu índice agregado ainda não foi suficiente para superar as médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	9.707
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	15,78
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.045
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	80,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	96,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,65

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A manutenção de Bananal no Grupo 4 do IPRS refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, os excelentes resultados na dimensão longevidade, mesmo com a pequena oscilação da taxa de mortalidade infantil, e o modesto desempenho da dimensão riqueza, inclusive com o recuo da atividade industrial.

Ranking 2000

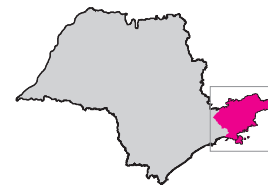
546^o
Riqueza

16^o
Longevidade

550^o
Escolaridade

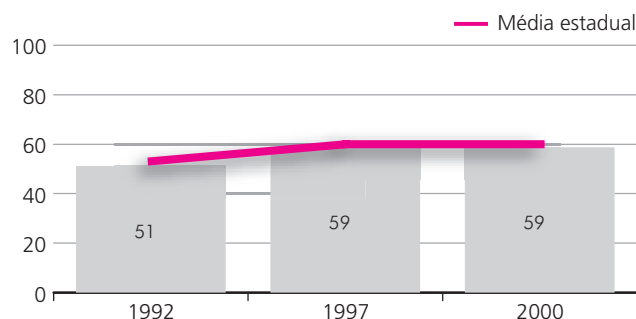
CAÇAPAVA

Caçapava, que esteve no Grupo 2 nas edições de 1992 e 1997 do IPRS, passou nessa última tomada para o Grupo 1, juntando-se aos municípios social e economicamente desenvolvidos, já que apresenta níveis altos de riqueza e indicadores de longevidade na média do Estado e de escolaridade superior ao do conjunto dos municípios do Estado.



Riqueza: crescimento dos setores primário e terciário

Caçapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 39^a
2000 – 34^a



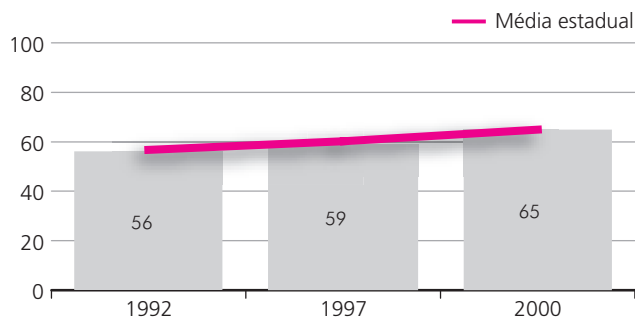
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 13,9 MW para 18,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 847 para R\$ 810;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 9.342 para R\$ 8.568.

Caçapava registrou crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário, que compensou a queda do valor adicionado fiscal, fazendo o município ganhar algumas posições no *ranking* geral. Embora sua pontuação agregada tenha se posicionado acima da média da Região, ficou um ponto abaixo da média do Estado.

Longevidade: queda das taxas de mortalidade em todas faixas de idade

Caçapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 445^a
2000 – 364^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) oscilou de 15,6 para 15,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 19,5 para 16,9;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,5 para 2,2;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 52,7 para 41,2.

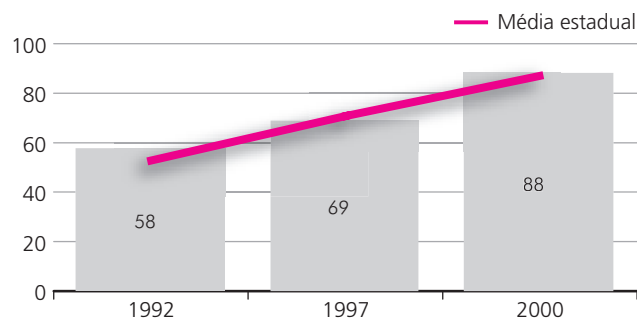
Caçapava registrou queda das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, o que lhe rendeu posições no *ranking* geral e pontos no seu índice agregado, que se colocou em patamar superior à média da Região e igualou-se à média do Estado.

Escolaridade: aumenta as taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Caçapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 204^a

2000 – 172^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 49,6% para 67,3%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 26,7% para 44,4%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,4% para 95,7% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 96,5% para 97,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 22,6% para 24,1%.

Caçapava registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, que lhe rendeu posições no *ranking* geral e fez sua pontuação agregada situar-se um ponto acima da média estadual e um ponto abaixo da média da Região.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	76.027
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	201,13
Número de Domicílios Particulares Permanentes	17.580
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	91,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	13,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,82

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A passagem de Caçapava para o Grupo 1 do IPRS refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, os avanços generalizados na dimensão longevidade, com redução das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, e o resultado positivo na dimensão riqueza, não obstante o recuo do valor adicionado fiscal.

Ranking 2000

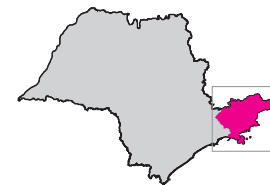
34^o
Riqueza

364^o
Longevidade

172^o
Escolaridade

CACHOEIRA PAULISTA

Cachoeira Paulista manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, junto aos municípios que registraram baixo nível de riqueza e indicadores de longevidade e escolaridade situados em patamares intermediários em relação à média do conjunto dos municípios do Estado.

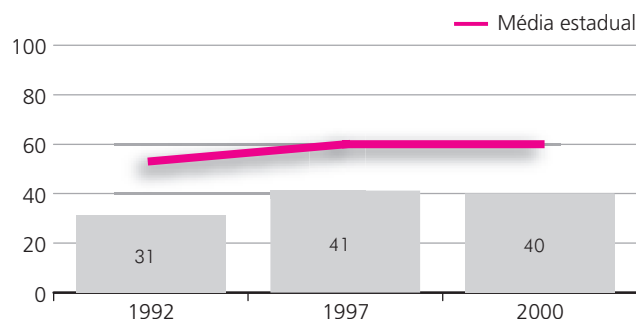


Riqueza: recuo do rendimento médio

Cachoeira Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 310^a

2000 – 315^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 7,2 MW para 8,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 543 para R\$ 502;
- o valor adicionado fiscal *per capita* avançou de R\$ 628 para R\$ 727.

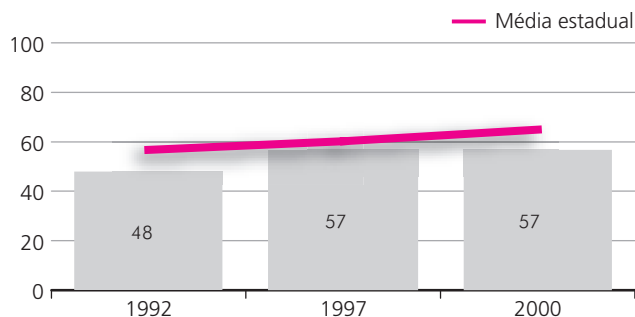
O pequeno crescimento das atividades econômicas de Cachoeira Paulista, aliado à redução do rendimento médio, determinou a perda de posições do município no *ranking* geral, e a permanência de seu índice agregado abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: crescimento das taxas de mortalidade infantil e de idosos

Cachoeira Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 491^a

2000 – 558^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 17,2 para 21,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) oscilou de 31,8 para 31,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,0 para 1,3;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 40,1 para 42,4.

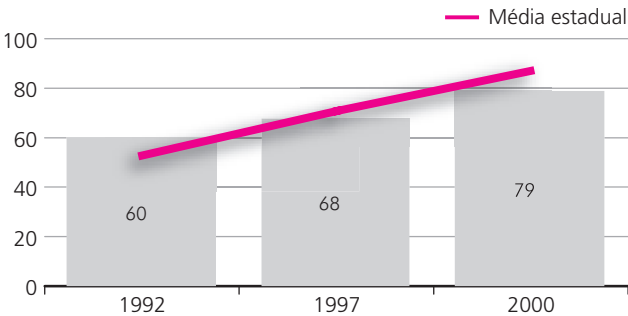
Cachoeira Paulista registrou crescimento nas taxas de mortalidade infantil e das pessoas maiores de 60 anos, o que fez o município perder posições no *ranking* geral e o seu índice agregado ficar abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: progressos em ritmo lento

Cachoeira Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 230ª

2000 – 389ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental apresentou avanço de 46,7% para 61,2%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 28,9% para 37,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 92,1% para 92,5% e a das pessoas de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 10,1% para 9,9%.

Cachoeira Paulista apresentou evolução nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio em intensidade menor que a observada para o total do Estado, o que explica a perda de posições do município no *ranking* e o fato de o seu índice agregado ficar abaixo das médias do Estado e da Região.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	27.164
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	98,06
Número de Domicílios Particulares Permanentes	5.770
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de Cachoeira Paulista no Grupo 4 do IPRS refletiu o lento crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o desempenho não muito favorável do indicador de longevidade, inclusive com aumento da taxa de mortalidade infantil e de idosos, e o desempenho modesto da dimensão riqueza, com queda do rendimento médio.

Ranking 2000

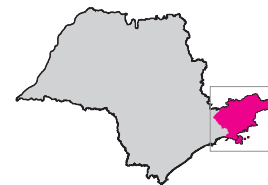
315º Riqueza

558º Longevidade

389º Escolaridade

CAMPOS DO JORDÃO

Depois de pertencer ao Grupo 5 em 1992, Campos do Jordão passou ao Grupo 2 do IPRS nas edições de 1997 e 2000, que agrega os municípios que, apesar dos seus elevados níveis de riqueza, apresentam indicadores de longevidade e escolaridade em níveis intermediários em relação à média do conjunto dos municípios do Estado.

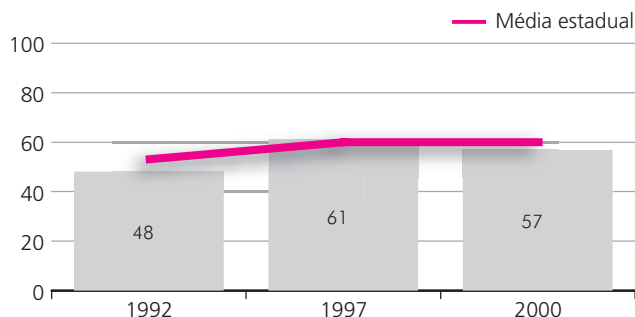


Riqueza: recuo das atividades econômicas

Campos do Jordão ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 32^a

2000 – 45^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços regrediu de 16,1 MW para 15,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial diminuiu de 3,3 MW para 3,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 440 para R\$ 467;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 1.872 para R\$ 1.095.

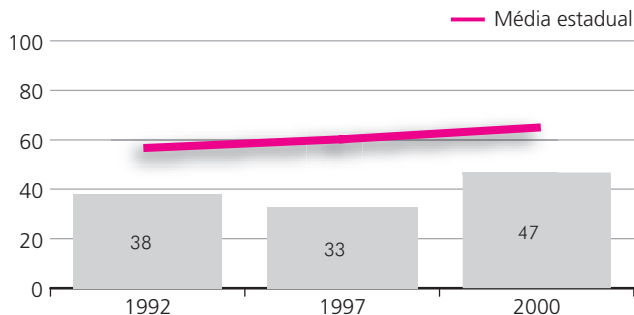
Campos do Jordão registrou crescimento apenas do rendimento médio do emprego formal, o que causou a perda de posições do município no *ranking* e o recuo na sua pontuação agregada, que se igualou à média da Região, mas ficou abaixo da média do Estado.

Longevidade: avanços insuficientes

Campos do Jordão ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 644^a

2000 – 636^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 28,9 para 23,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 38,5 para 31,9;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 3,5 para 2,5;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 66,5 para 54,7.

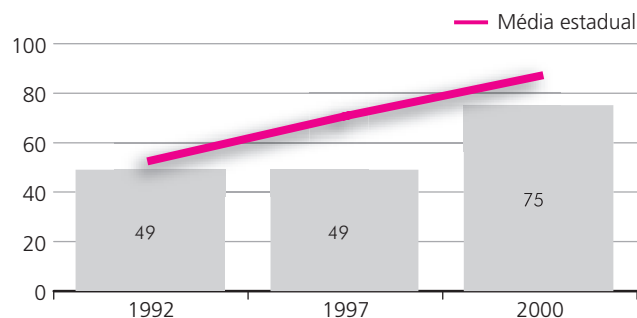
Apesar de Campos do Jordão ter registrado melhoria nas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, o fato é que as taxas do município continuam em níveis elevados. O ganho de posições no *ranking* e na sua pontuação agregada não foi suficiente para que seu índice saísse da colocação de inferioridade em relação às médias regional e estadual.

Escolaridade: expansão em todos os componentes

Campos do Jordão ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 587^a

2000 – 473^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 34,7% para 57,8%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio subiu de 14,2% para 25,3%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 87,8% para 96,4% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 92,1% para 95,7%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 87,8% para 92,3%.

Campos do Jordão registrou crescimento em todos os componentes, mas as taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio continuam em níveis inferiores aos estaduais. Apesar de o município ganhar posições no *ranking*, o índice agregado permaneceu em patamar inferior às médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	44.178
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	153,40
Número de Domicílios Particulares Permanentes	11.347
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	75,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	87,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	20,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de Campos do Jordão no Grupo 2 refletiu o recuo das atividades econômicas, os avanços aquém do desejado na dimensão longevidade, que ainda apresenta taxas de mortalidade em patamares muito elevados, e o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, que, no entanto, ainda estão em patamares abaixo das médias regional e estadual.

Ranking 2000

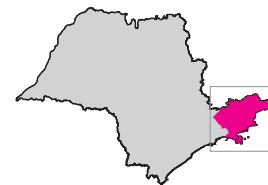
45^o
Riqueza

636^o
Longevidade

473^o
Escolaridade

CANAS

Em 1997, Canas pertencia ao Grupo 1 do IPRS, passando nesta edição de 2000 para o Grupo 4, junto aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Canas apresenta nível baixo de riqueza municipal, indicador de longevidade acima da média regional e igual à média do Estado, e nível de escolaridade em patamar inferior a essas médias.

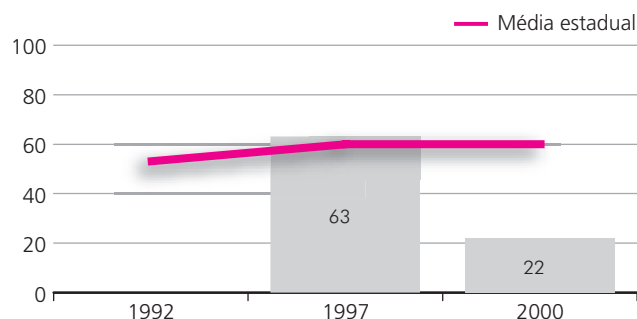


Riqueza: queda no consumo de energia elétrica residencial e no rendimento médio

Canas ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 23^a

2000 – 636^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 11,3 MW para 14,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 3,5 MW para 0,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 597 para R\$ 322;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 877 para R\$ 1.143.

A regressão no consumo de energia elétrica residencial e no rendimento médio fez com que Canas perdesse muitas posições no *ranking* geral, e seu índice agregado recuasse para patamares inferiores às médias regional e estadual.

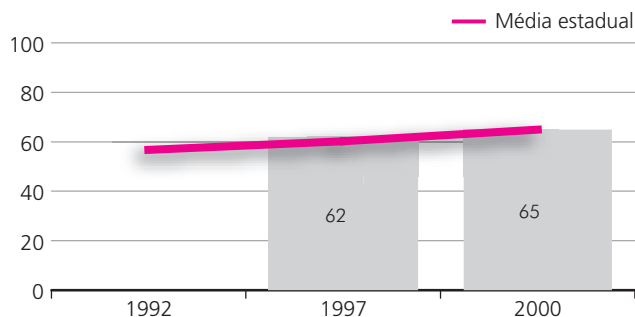
Ressalte-se que, como o município foi criado em 1997, o indicador de riqueza deste ano reflete mais os dados do município de origem.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Canas ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 363^a

2000 – 365^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) decresceu de 23,8 para 19,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 22,2 para 26,0;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,8 para 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 37,1 para 32,9.

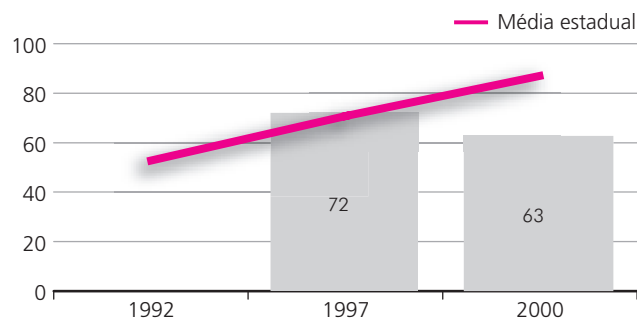
Apesar de Canas registrar redução em todas as taxas de mortalidade, à exceção do aumento da taxa de mortalidade perinatal, o município perdeu algumas posições no *ranking*, mas manteve seu índice agregado acima da média regional e no mesmo patamar da média estadual.

Escolaridade: desempenho negativo

Canas ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 139^a

2000 – 626^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental teve queda de 51,0% para 44,0%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio regrediu de 31,0% para 23,1%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 93,0% para 97,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 97,2% para 92,2%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se nula.

Canas registrou diminuição das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que causou a grande regressão da sua posição no *ranking* geral e na pontuação do seu índice agregado, que ficou abaixo dos patamares médios da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.605
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	51,50
Número de Domicílios Particulares Permanentes	772
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	57,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	87,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	92,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	15,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,80

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A passagem de Canas para o Grupo 4 do IPRS refletiu os desempenhos negativos na dimensão escolaridade, com redução das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, e na dimensão riqueza, com quedas bruscas no consumo de energia elétrica residencial e no rendimento médio, uma vez que na dimensão longevidade apresentou progressos, com redução das taxas de mortalidade, exceto a perinatal.

Ranking 2000

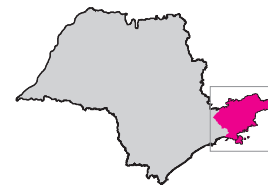
636^o
Riqueza

365^o
Longevidade

626^o
Escolaridade

CARAGUATATUBA

Caraguatatuba, que pertenceu ao Grupo 5 do IPRS em 1992, classificou-se no Grupo 4 nas edições de 1997 e de 2000. Ao lado do seu baixo nível de riqueza municipal, Caraguatatuba apresenta indicadores de longevidade e escolaridade situados em patamares intermediários em relação à média dos demais municípios do Estado.

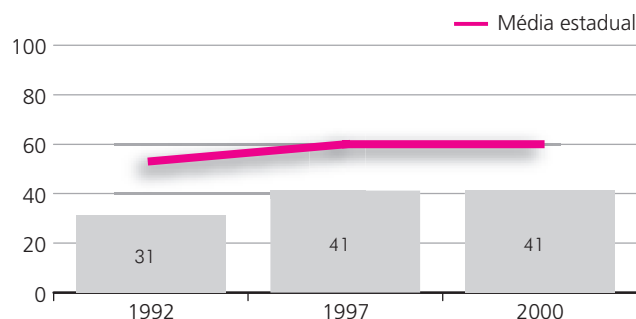


Riqueza: crescimento dos setores primário e terciário

Caraguatatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 309^a

2000 – 277^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 11,8 MW para 14,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 478 para R\$ 484;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 1.320 para R\$ 993.

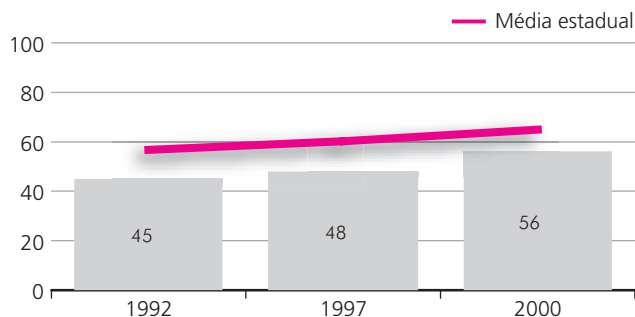
Caraguatatuba registrou crescimento dos setores primário e terciário e do rendimento médio, o que lhe rendeu posições no *ranking* geral, embora tenha mantido a mesma pontuação no seu índice agregado, e em patamar inferior à média do Estado e da Região.

Longevidade: queda nas taxas de mortalidade infantil, perinatal e de idosos

Caraguatatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 602^a

2000 – 571^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

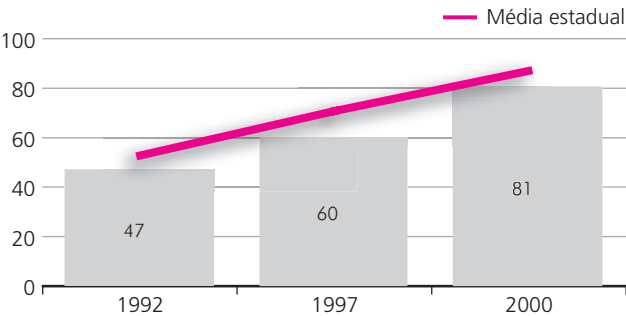
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 25,4 para 20,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 34,2 para 25,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) cresceu de 2,8 para 3,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 40,8 para 36,7.

Caraguatatuba registrou queda nas taxas de mortalidade infantil, perinatal e entre maiores de 60 anos, o que melhorou sua posição no *ranking* e aumentou seu índice agregado que, no entanto, continuou em patamar inferior às médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Caraguatatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 430ª
2000 – 339ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental subiu de 38,7% para 58,3%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 17,8% para 37,0%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,1% para 96,2% e a das pessoas de 15 a 24 anos elevou-se de 95,6% para 96,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 47,4% para 46,5%.

Caraguatatuba apresentou crescimento em todas as variáveis de escolaridade, à exceção da municipalização do ensino fundamental, melhorando sua posição no *ranking* e na sua pontuação agregada que, no entanto, ainda continuou abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	78.628
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	163,81
Número de Domicílios Particulares Permanentes	21.245
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	25,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	23,6
Indicador de Concentração de Renda ²	0,81

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Caraguatatuba mostra que a sua permanência no Grupo 4 refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, a melhoria da dimensão longevidade, embora preocupe o aumento da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, e o modesto crescimento da dimensão riqueza, inclusive com recuo do valor adicionado fiscal.

Ranking 2000

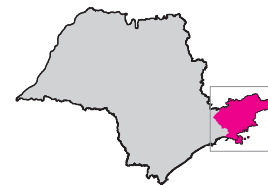
277º
Riqueza

571º
Longevidade

339º
Escolaridade

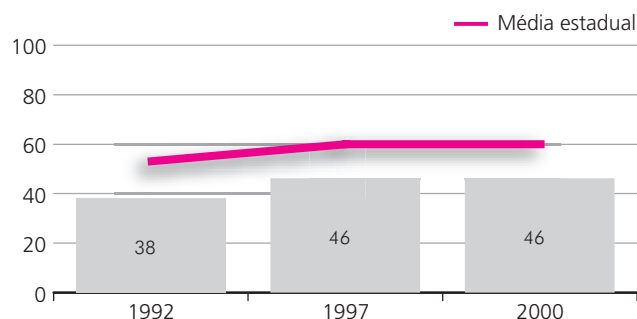
CRUZEIRO

Depois de pertencer ao Grupo 5 em 1992, Cruzeiro manteve-se no Grupo 4 nas duas últimas edições do IPRS, juntamente com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Ao baixo nível de riqueza municipal, Cruzeiro apresenta indicador de longevidade em patamar intermediário, mas índices de escolaridade acima das médias da Região e do Estado



Riqueza: crescem as atividades nos setores primário e terciário

Cruzeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 193^a
2000 – 189^a



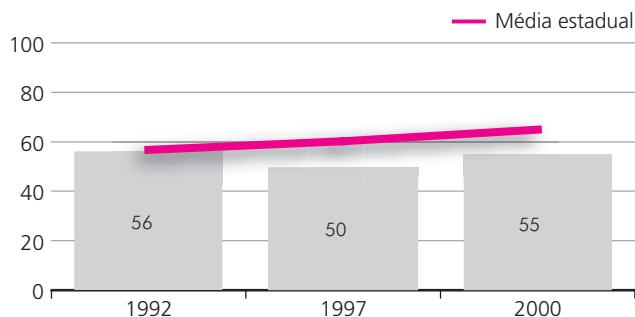
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,9 MW para 7,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 653 para R\$ 627;
- o valor adicionado fiscal *per capita* retrocedeu de R\$ 4.022 para R\$ 3.270.

Cruzeiro apresentou reduções no valor adicionado fiscal *per capita* e no rendimento médio do emprego formal, que foram compensadas pelo crescimento das atividades nos setores primário e terciário, fazendo o município ganhar posições no *ranking* e mantendo o seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: avanços insuficientes

Cruzeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 591^a
2000 – 590^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

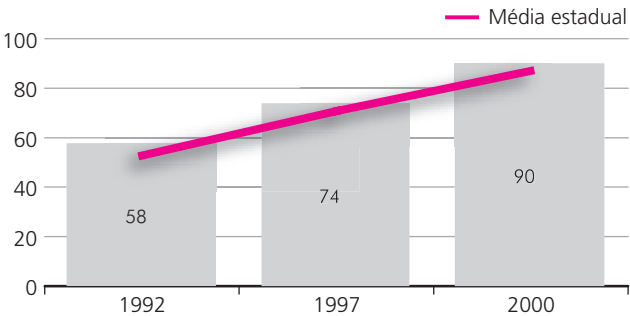
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou pequena redução de 22,7 para 21,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) registrou queda de 33,6 para 29,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil pessoas) reduziu-se de 2,3 para 2,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil pessoas) diminuiu de 47,1 para 44,1.

Apesar de Cruzeiro registrar melhorias nas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, elas foram relativamente modestas, mantendo praticamente inalterada sua posição no *ranking*. Seu indicador de longevidade, apesar de aumentar a pontuação, permaneceu abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: altas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Cruzeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

- 1997 – 94ª
- 2000 – 122ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 52,6% para 69,7%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 31,1% para 46,7%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 93,5% para 94,6% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 97,5% para 97,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 18,5% para 19,8%.

O crescimento e o elevado patamar das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio atingido por Cruzeiro não impediram a perda de posições no *ranking* geral, mas colocou seu índice agregado em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	73.444
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	233,90
Número de Domicílios Particulares Permanentes	18.883
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Cruzeiro manteve-se no Grupo 4 do IPRS como resultado do crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, da relativa estabilidade na dimensão riqueza, inclusive com recuo do valor adicionado fiscal, e dos modestos progressos na dimensão longevidade, com taxas de mortalidade ainda situadas em patamares elevados.

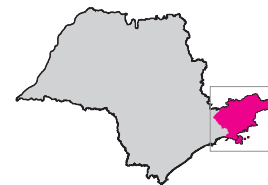
Ranking 2000

189º
Riqueza

590º
Longevidade

122º
Escolaridade

Cunha manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, juntamente com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Situado em uma região de baixo dinamismo econômico, o município apresenta nível baixo de riqueza municipal e indicadores de longevidade e escolaridade em patamares inferiores às respectivas médias do Estado.

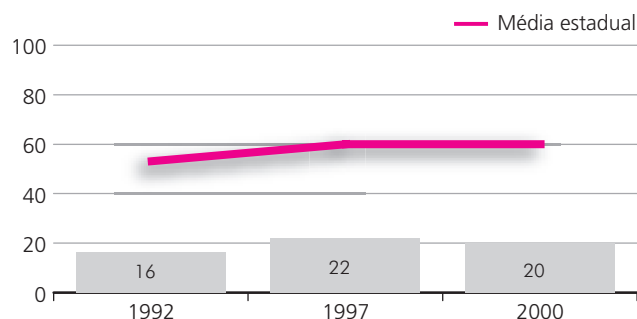


Riqueza: recuo do valor adicionado fiscal e do rendimento médio

Cunha ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 634^a

2000 – 641^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 2,8 MW para 3,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 409 para R\$ 300;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 380 para R\$ 356.

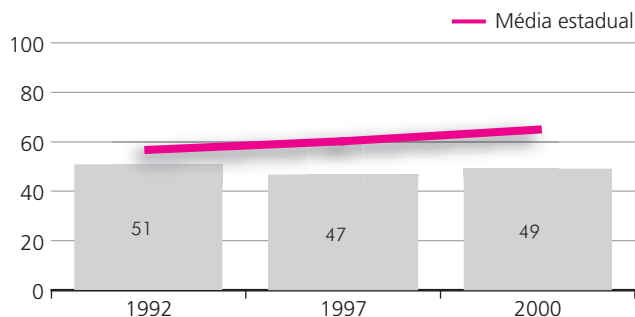
Cunha registrou recuo em todas as variáveis, com exceção do consumo de energia elétrica produtiva, que indica crescimento dos setores primário e terciário, perdendo algumas posições no *ranking* geral e seu índice agregado permanecendo em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: elevadas taxas de mortalidade

Cunha ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 615^a

2000 – 632^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 30,8 para 25,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 39,1 para 40,2;
- cresceu a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes), passando de 1,5 para 1,7;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 46,3 para 41,4.

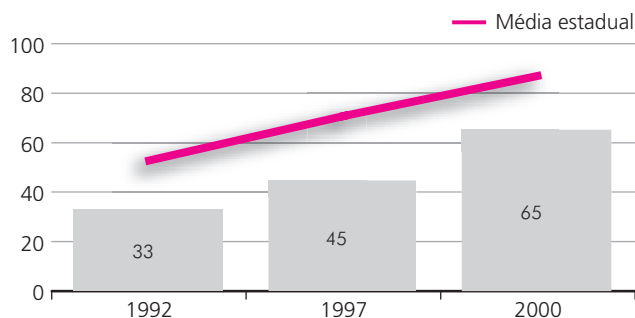
Apesar dos avanços registrados, com exceção da taxa de mortalidade perinatal que aumentou, Cunha apresenta taxas de mortalidade em todas as faixas de idade em patamares muito elevados, o que mantém o município em posição desconfortável no *ranking*, e seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: iniciou-se o processo de municipalização do ensino fundamental

Cunha ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 614^a

2000 – 615^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 26,5% para 42,8%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio elevou-se de 11,5% para 16,7%;
- a proporção de pessoas de 10 a 24 anos com mais de um ano de estudo subiu de 88,3% para 97,2% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 94,3% para 96,9%.
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 0,0% para 34,0%.

Cunha registrou aumento da taxa de conclusão do ensino fundamental e evoluiu pouco no ensino médio, além de avançar no combate ao analfabetismo e na municipalização do ensino fundamental. Sua posição no *ranking* pouco se alterou e, mesmo com o aumento de pontuação, o seu índice agregado permaneceu abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	23.093
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	17,32
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.112
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	88,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,56

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de Cunha no Grupo 5 do IPRS refletiu o fraco desempenho das variáveis da dimensão riqueza, inclusive com queda do rendimento médio e, os poucos avanços na dimensão longevidade, com as taxas de mortalidade ainda em patamares muito elevados. Na dimensão escolaridade, ressalta-se o esforço de municipalização da rede pública e o crescimento da taxa de conclusão do ensino fundamental.

Ranking 2000

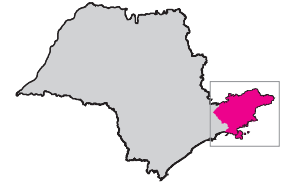
641^o
Riqueza

632^o
Longevidade

615^o
Escolaridade

GUARATINGUETÁ

Guaratinguetá passou para o Grupo 1 do IPRS em 1997, no qual se manteve nesta última edição. Junto ao grupo que reúne os municípios com influência no desenvolvimento regional e que apresentam altos níveis de riqueza municipal, Guaratinguetá registrou elevados níveis de escolaridade, mas indicadores de longevidade que apontam para áreas necessárias de atuação das políticas públicas.

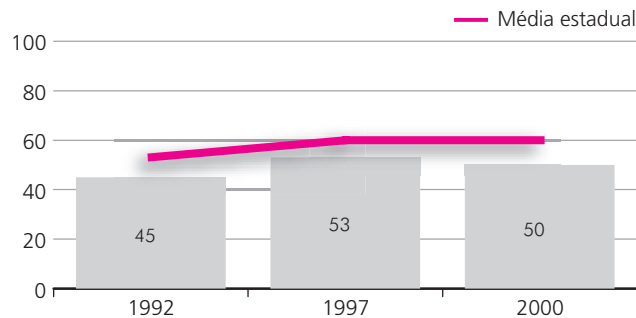


Riqueza: aumento do valor adicionado

Guaratinguetá ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 87^a

2000 – 124^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços subiu de 11,2 MW para 12,0 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial diminuiu de 2,5 MW para 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 669 para R\$ 618;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 3.414 para R\$ 4.254;

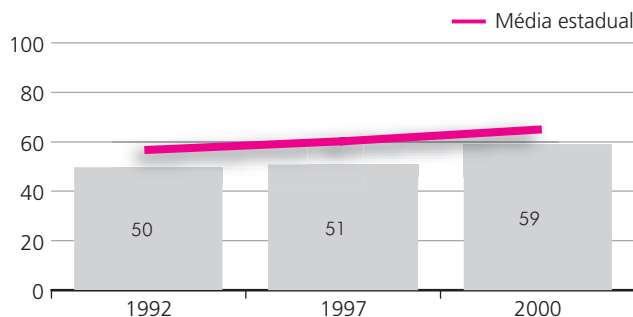
Guaratinguetá registrou queda do rendimento médio e do consumo de energia elétrica residencial, e aumento nas demais componentes do indicador, o que não impediu a perda de posição do município no *ranking* e na sua pontuação agregada, que permaneceu abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: redução nas taxas de mortalidade

Guaratinguetá ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 577^a

2000 – 516^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

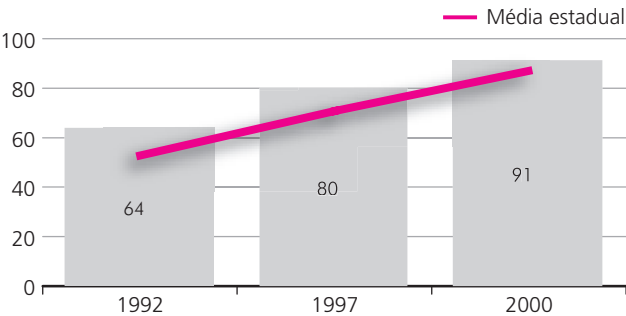
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 26,8 para 20,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 27,8 para 24,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,2 para 1,9;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 50,4 para 43,9.

As quedas das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade em Guaratinguetá, não obstante os elevados níveis em que se encontram, fizeram com que o município ganhasse posições no *ranking* e na sua pontuação agregada que, no entanto, ainda permaneceu abaixo das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Guaratinguetá ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 37ª
2000 – 100ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 57,9% para 72,5%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio elevou-se de 35,2% para 52,1%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo oscilou de 94,3% para 94,2% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 97,6% para 97,3%.
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 34,3% para 36,9%.

Apesar de Guaratinguetá perder posição no *ranking* geral, o município manteve o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, e o seu índice agregado situou-se em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	104.101
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	141,83
Número de Domicílios Particulares Permanentes	26.781
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	89,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Guaratinguetá apresentou bons resultados nas dimensões escolaridade e longevidade, embora esta última ainda encontre-se abaixo da média estadual. Na dimensão riqueza, os avanços observados não foram suficientes para evitar a redução no indicador agregado e a perda de posições no *ranking*.

Ranking 2000

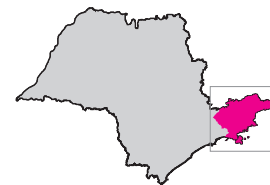
124ª Riqueza

516ª Longevidade

100ª Escolaridade

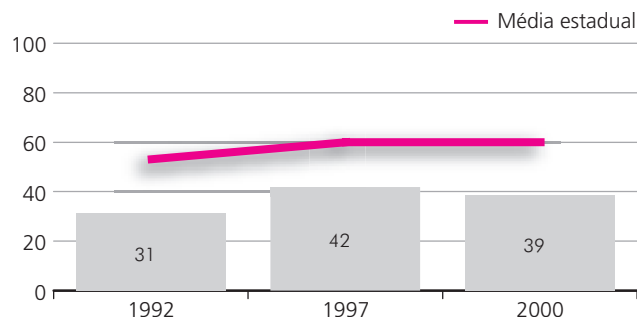
IGARATÁ

Igaratá ocupava o Grupo 4 em 1992, passou para o Grupo 5 em 1997 e voltou para o Grupo 4 do IPRS em 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Apesar do seu nível baixo de riqueza municipal, Igaratá apresenta elevado índice de longevidade e indicadores intermediários de escolaridade.



Riqueza: queda do valor adicionado

Igaratá ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 278^a
2000 – 329^a



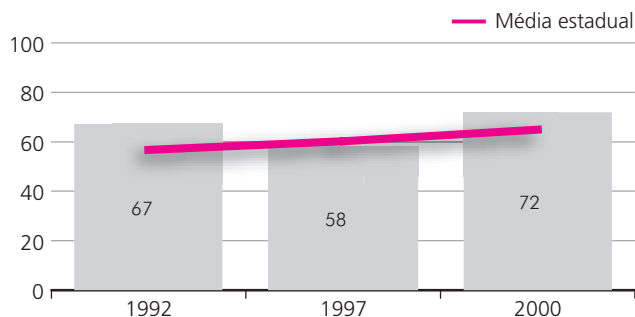
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,9 MW para 8,5 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial diminuiu de 2,4 MW para 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 384 para R\$ 372;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 1.048 para R\$ 687.

Igaratá registrou decréscimo do valor adicionado fiscal e do rendimento médio, que não foi compensado pelo crescimento das atividades dos setores primário e terciário, fazendo o município perder posições no *ranking*, e a sua pontuação ficar abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda nas taxas de mortalidade de todas as faixas de idade

Igaratá ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 462^a
2000 – 147^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) oscilou de 16,0 para 15,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) registrou queda de 19,5 para 17,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,5 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 42,4 para 32,0.

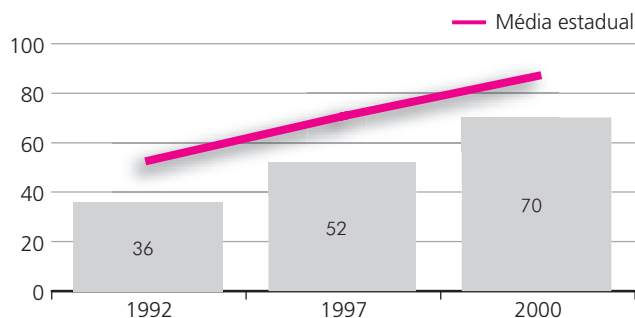
Igaratá registrou redução nas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, destacando-se as referentes às pessoas de 15 a 39 anos e dos maiores de 60 anos, fazendo o município ganhar muitas posições no *ranking* e levando seu índice agregado para patamar superior às médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento insuficiente

Igaratá ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 565^a

2000 – 572^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 34,7% para 51,7%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 14,1% para 26,9%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 90,3% para 95,7% e a das pessoas de 15 a 24 anos oscilou de 93,7% para 93,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 43,3% para 45,8%.

Apesar dos avanços, Igaratá perdeu posições no *ranking* geral em função dos baixos níveis alcançados pelas suas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio. O crescimento da pontuação agregada ainda manteve o município em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	8.271
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	27,48
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.631
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	44,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	76,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	86,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,5
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	25,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Igaratá revelou que a sua passagem para o Grupo 4 refletiu os bons resultados da dimensão longevidade, com queda das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, e o modesto crescimento em escolaridade, já que na dimensão riqueza o desempenho não foi muito favorável.

Ranking 2000

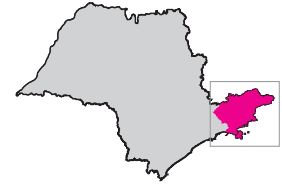
329^o
Riqueza

147^o
Longevidade

572^o
Escolaridade

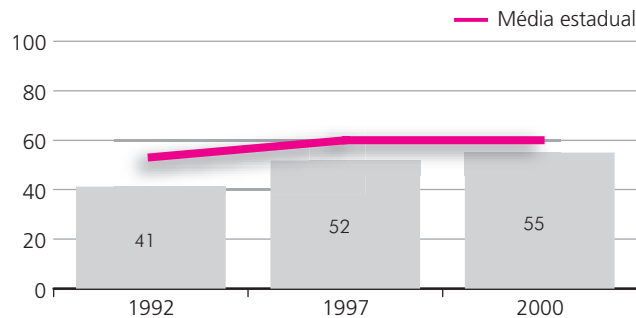
ILHABELA

Ilhabela estava no Grupo 5 do IPRS em 1992, passou para o Grupo 2 em 1997 e nele se manteve em 2000, junto aos municípios considerados dinâmicos e de baixo desenvolvimento social. Com índice de riqueza próximo da média regional, Ilhabela apresenta nível de longevidade igual à média da Região e abaixo da estadual e indicadores de escolaridade em patamar inferior a ambas.



Riqueza: crescimento das atividades dos setores primário e terciário

Ilhabela ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 99^a
2000 – 67^a



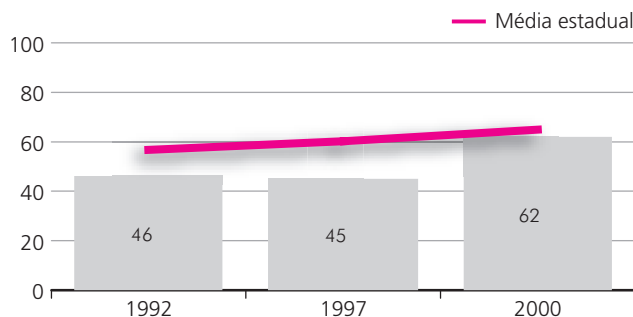
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,3 MW para 12,3 MW;
- o consumo de energia elétrica residencial por ligação manteve-se em 3,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 377 para R\$ 437;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.129 para R\$ 774.

Ilhabela registrou crescimento dos setores primário e terciário e do rendimento médio. Mesmo a queda no valor adicionado *per capita* não foi capaz de evitar a melhoria da posição do município no *ranking*, embora seu índice agregado tenha ficado pouco abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

Ilhabela ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 623^a
2000 – 437^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

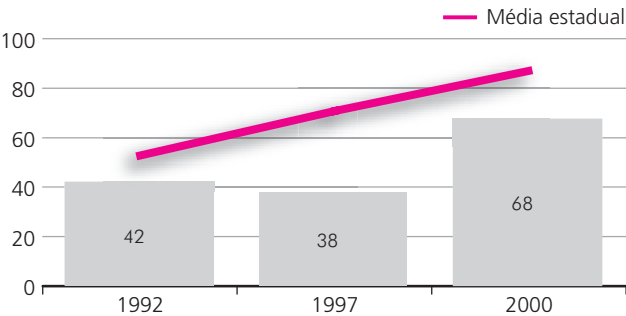
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 28,9 para 21,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 31,7 para 25,4;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,4 para 1,5;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil pessoas) decresceu de 43,6 para 35,6.

Ilhabela decresceu nas taxas de mortalidade de todas as faixas de idade, que, não obstante os elevados níveis das taxas de mortalidade infantil e perinatal, fez o município avançar muitas posições no *ranking* e na sua pontuação geral, igualando-se à média da Região, embora tenha ficado abaixo da média estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Ilhabela ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 636ª
2000 – 585ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a porcentagem de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 26,7% para 50,5%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio cresceu de 16,9% para 24,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 83,3% para 95,4% e a das pessoas de 15 a 24 anos aumentou de 88,9% para 94,7%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública elevou-se de 21,5% para 24,1%.

Ilhabela registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, que, mesmo em níveis relativamente baixos, não impediram o município de avançar posições no *ranking* e na sua pontuação agregada, muito embora ainda permanecendo em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	20.752
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	61,76
Número de Domicílios Particulares Permanentes	5.648
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	3,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	75,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	95,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	96,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	27,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,68

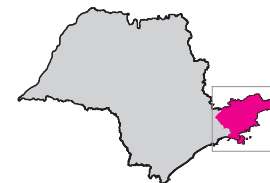
(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Ilhabela mostra que a sua permanência no Grupo 2 decorreu dos bons resultados na dimensão riqueza, (mesmo com o recuo do valor adicionado fiscal), dos importantes avanços na dimensão longevidade e dos resultados positivos, porém insuficientes, dos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000
67º
Riqueza
437º
Longevidade
585º
Escolaridade

Jacareí, que pertencia ao Grupo 2 do IPRS em 1992, classificou-se no Grupo 1 em 1997, no qual se manteve nesta edição de 2000, junto aos chamados “municípios-pólo”, devido à sua importância para o desenvolvimento regional. Jacareí apresenta níveis de riqueza elevados, indicadores de longevidade em níveis intermediários e índices de escolaridade em patamares superiores às médias da Região e do Estado.

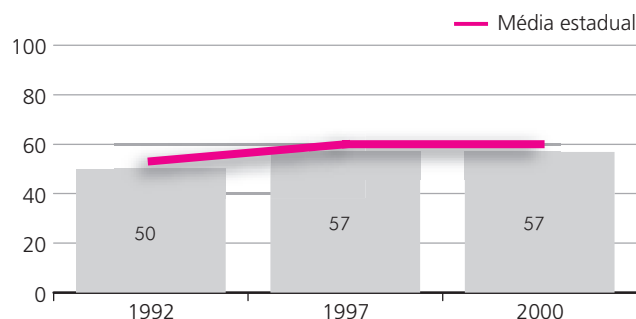


Riqueza: crescimento dos setores primário e terciário

Jacareí ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 56^a

2000 – 51^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 9,8 MW para 11,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 2,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 853 para R\$ 801;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 10.444 para R\$ 8.750.

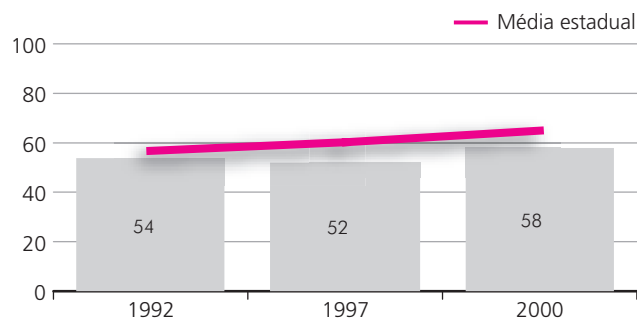
Jacareí registrou redução no rendimento médio e no valor adicionado, que foi compensada pelo crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário, o que garantiu algumas posições no *ranking*. O município manteve seu índice agregado no mesmo patamar da média da Região, embora abaixo da média estadual.

Longevidade: redução em todas as taxas de mortalidade

Jacareí ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 562^a

2000 – 532^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

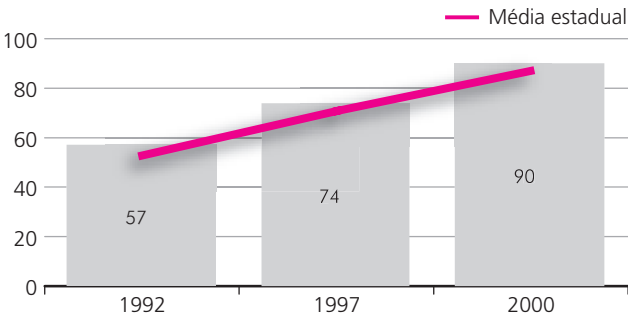
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) decresceu de 23,2 para 21,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 25,0 para 23,8;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,1 para 2,5;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) retraiu-se de 45,9 para 40,2.

A queda nas taxas de mortalidade de todas as faixas de idade fez Jacareí avançar posições no *ranking* geral, e possibilitou o aumento da pontuação do seu índice agregado que, no entanto, permaneceu abaixo das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: altas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Jacareí ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 103^a
2000 – 132^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 51,4% para 68,2%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 29,3% para 50,1%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo manteve-se em 94,8%, e das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 97,4% para 96,9%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública expandiu-se de 26,3% para 27,4%.

Jacareí registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, e relativa estagnação das taxas de alfabetização, que lhe valeu a perda de posições no *ranking*, muito embora seu índice agregado tenha permanecido em patamar superior aos verificados para o conjunto dos municípios da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	191.011
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	412,55
Número de Domicílios Particulares Permanentes	49.704
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	85,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	17,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,81

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Jacareí mostra que sua presença no Grupo 1 decorreu das elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, dos avanços na dimensão longevidade, embora com taxas de mortalidade relativamente elevadas, e do bom desempenho da dimensão riqueza, mesmo com queda do valor adicionado fiscal.

Ranking 2000

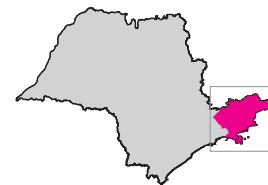
51^o
Riqueza

532^o
Longevidade

132^o
Escolaridade

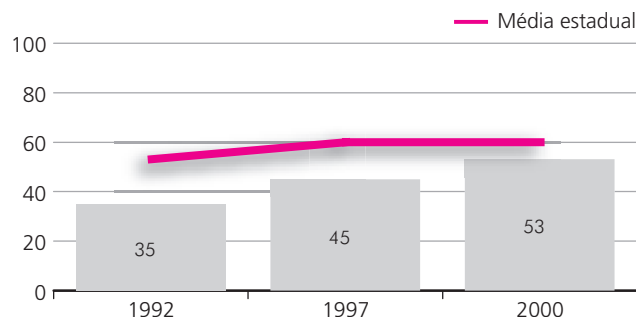
JAMBEIRO

Jambeiro pertenceu ao Grupo 4 nas edições do IPRS de 1992 e 1997, passando para o Grupo 2 em 2000, juntando-se aos municípios economicamente dinâmicos e de baixo desenvolvimento social. A forte elevação do seu nível de riqueza municipal veio acompanhada de queda no seu índice de longevidade, que, no entanto, continuou acima da média do Estado, e de indicadores de escolaridade em nível intermediário.



Riqueza: elevado crescimento econômico

Jambeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 224^a
2000 – 83^a



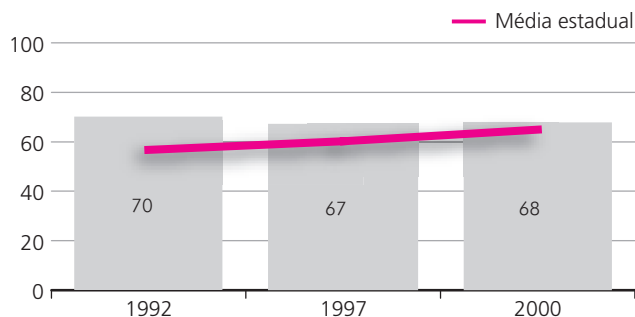
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 23,7 MW para 31,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 1,9 MW para 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 469 para R\$ 762;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 1.448 para R\$ 9.371.

Jambeiro registrou crescimento em todos os setores de atividade econômica e no rendimento médio, o que lhe permitiu avançar muitas posições no *ranking* e na sua pontuação agregada, embora ainda permanecendo abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Jambeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 214^a
2000 – 269^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

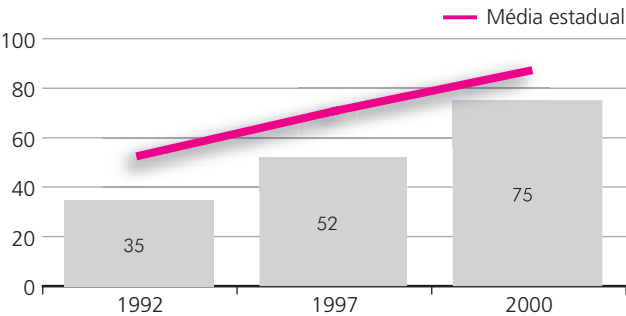
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 16,0 para 12,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 13,3 para 21,7;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,5 para 2,0;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 39,3 para 30,5.

Jambeiro registrou queda nas taxas de mortalidade de todas as faixas de idade, com exceção da perinatal, o que piorou sua colocação no *ranking*, muito embora seu índice agregado tenha permanecido em patamar superior às médias registradas para a Região e o Estado.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Jambeiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 563^a
2000 – 485^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 30,9% para 56,7%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 16,1% para 37,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 89,4% para 93,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 94,5% para 92,9%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 50,1% para 51,5%.

Jambeiro apresentou crescimento nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, melhorando sua posição no *ranking*, embora o aumento da sua pontuação agregada tenha permanecido abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.985
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	20,13
Número de Domicílios Particulares Permanentes	535
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A passagem de Jambeiro para o Grupo 2 do IPRS refletiu o forte crescimento da sua dimensão riqueza, em particular o valor adicionado fiscal, o aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e a evolução da dimensão longevidade, não obstante o aumento da taxa de mortalidade perinatal.

Ranking 2000

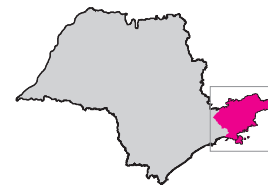
83^o
Riqueza

269^o
Longevidade

485^o
Escolaridade

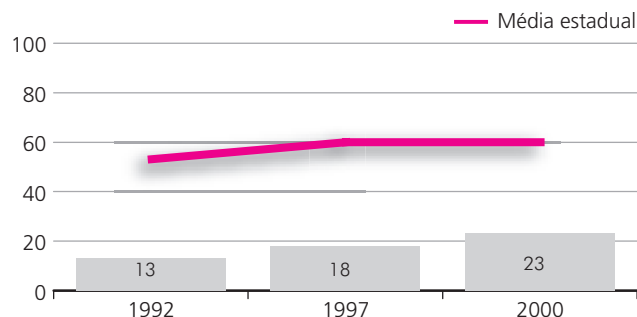
LAGOINHA

Lagoinha ocupava o Grupo 4 do IPRS em 1992 e 1997. Em 2000 passou para o Grupo 5, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Além de manter seu baixo nível de riqueza municipal, Lagoinha apresenta indicadores de longevidade e escolaridade situados em patamares inferiores às respectivas médias do conjunto dos municípios do Estado.



Riqueza: crescimento em todos os indicadores

Lagoinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 640^a
2000 – 635^a



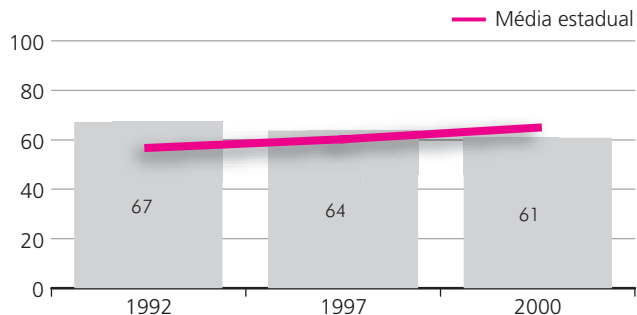
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 3,1 MW para 4,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação passou de 1,2 MW para 1,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 309 para R\$ 373;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 752 para R\$ 850.

Lagoinha registrou crescimento em todas as variáveis da dimensão riqueza, o que valeu ao município algumas posições no *ranking*, embora seu índice agregado tenha permanecido em patamar inferior aos índices médios da Região e do Estado.

Longevidade: crescimento nas mortalidades infantil e perinatal

Lagoinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 303^a
2000 – 461^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

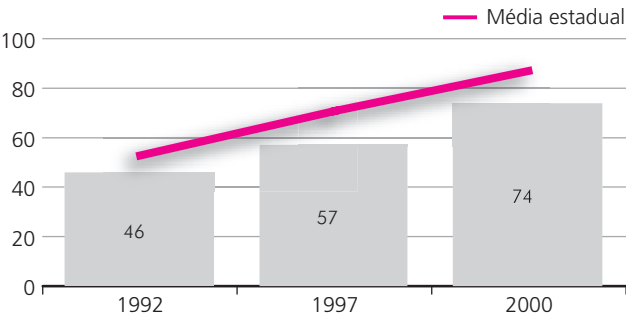
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) cresceu de 15,7 para 19,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 12,8 para 19,5;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,4 para 2,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) manteve-se em 38,6.

O aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal fez Lagoinha perder posições no *ranking*, e levou seu índice agregado a regredir para patamar abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: avanços insuficientes

Lagoinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 486^a
2000 – 491^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 33,8% para 56,4%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio oscilou de 16,9% para 28,7%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 94,6% para 95,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 95,5% para 96,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 0,0% para 2,9%.

Apesar de Lagoinha registrar progressos em todos os componentes, o seu ritmo de crescimento mais lento e as relativamente baixas taxas alcançadas fizeram o município perder posições no *ranking*, e seu índice agregado permanecer abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.954
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	19,28
Número de Domicílios Particulares Permanentes	842
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	80,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,56

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A passagem de Lagoinha para o Grupo 5 do IPRS refletiu o tímido crescimento dos indicadores da dimensão riqueza, o desempenho desfavorável da dimensão longevidade, inclusive com aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal, e o modesto crescimento dos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000

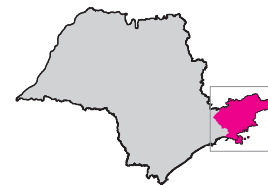
635º
Riqueza

461º
Longevidade

491º
Escolaridade

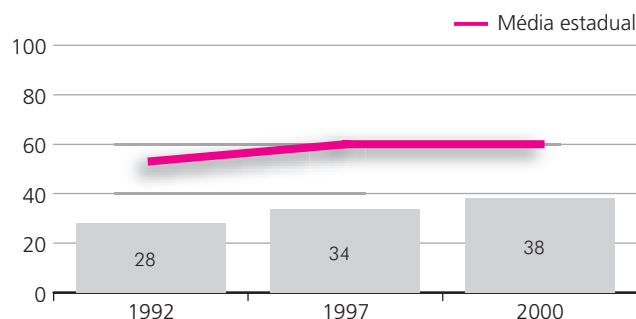
LAVRINHAS

Lavrinhas manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS. Este grupo reúne os municípios considerados de baixo desenvolvimento econômico e social, pois, ao lado do nível baixo de riqueza municipal, Lavrinhas apresenta indicadores de escolaridade em patamares intermediários, embora seu nível agregado de longevidade esteja abaixo da média estadual, mas acima da média regional.



Riqueza: crescimento em todos os indicadores

Lavrinhas ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 446^a
2000 – 379^a



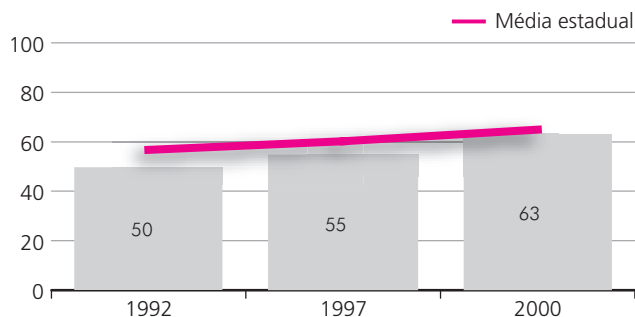
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 8,4 MW para 10,3 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial aumentou de 1,7 MW para 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 361 para R\$ 393;
- o valor adicionado fiscal *per capita* elevou-se de R\$ 1.422 para R\$ 1.921.

Lavrinhas registrou crescimento em todos os setores da economia e no rendimento médio, fazendo o município ganhar posições no *ranking*, mas ainda mantendo seu índice agregado dessa dimensão abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

Lavrinhas ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 520^a
2000 – 420^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

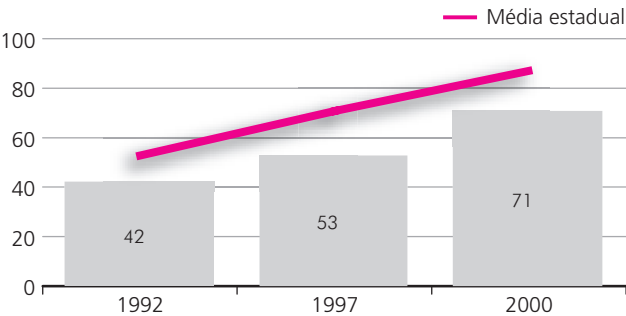
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,9 para 14,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 29,6 para 23,8;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,2 para 1,8;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 43,7 para 42,6.

Lavrinhas, na dimensão longevidade, registrou queda em todas as taxas da mortalidade, salientando-se a redução expressiva da mortalidade infantil, o que lhe rendeu posições no *ranking* e levou seu índice agregado para um ponto acima da média regional, embora ainda em nível abaixo da média estadual.

Escolaridade: avanços insuficientes

Lavrinhos ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 543ª
2000 – 553ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 33,3% para 53,1%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 17,3% para 27,2%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 87,9% para 98,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 95,0% para 92,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 51,7% para 54,5%.

Mesmo com melhorias em todos os indicadores, à exceção da queda da taxa de alfabetização dos jovens de 15 a 24 anos, Lavrinhos perdeu posições no *ranking* e o aumento da pontuação agregada não foi capaz de tirar seu índice do patamar inferior às médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.994
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	35,89
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.314
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	85,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	96,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	13,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,66

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Lavrinhos mostrou que o município apresentou bom desempenho dos indicadores da dimensão riqueza, avanços na dimensão longevidade, em particular na taxa de mortalidade infantil, e crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

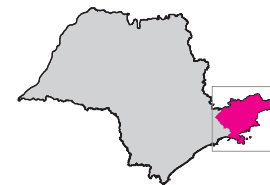
379º
Riqueza

420º
Longevidade

553º
Escolaridade

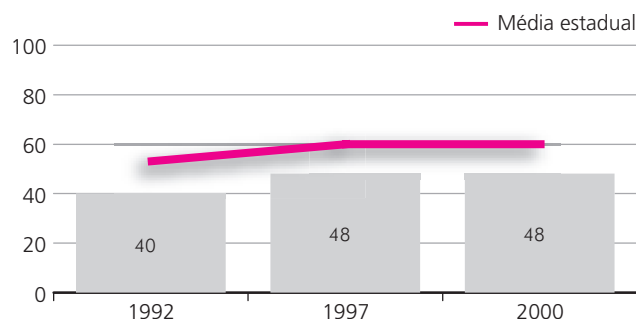
LORENA

Lorena, que pertencia ao Grupo 5 em 1992, passou para o Grupo 4 nas edições de 1997 e 2000 do IPRS, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Apesar do seu pequeno porte e do seu nível baixo de riqueza municipal, Lorena apresenta baixos índices de longevidade, mas indicadores de escolaridade situados em patamares superiores às médias da Região e do Estado.



Riqueza: crescimento da atividade industrial

Lorena ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 157^a
2000 – 160^a



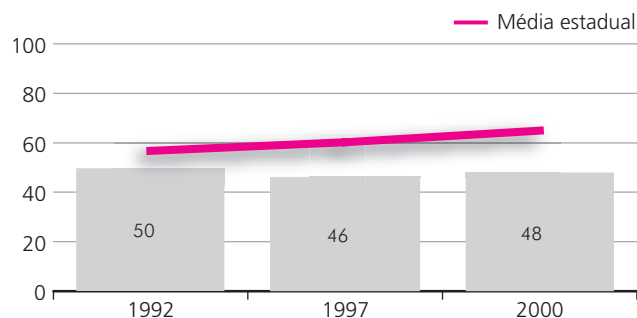
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 9,0 MW para 9,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 2,3 MW para 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal oscilou de R\$ 597 para R\$ 599;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 1.898 para R\$ 2.636.

Lorena registrou crescimento em todas as atividades econômicas e redução do consumo de energia elétrica residencial, o que redundou na perda de algumas posições no *ranking* geral e manutenção do seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Lorena ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 617^a
2000 – 634^a



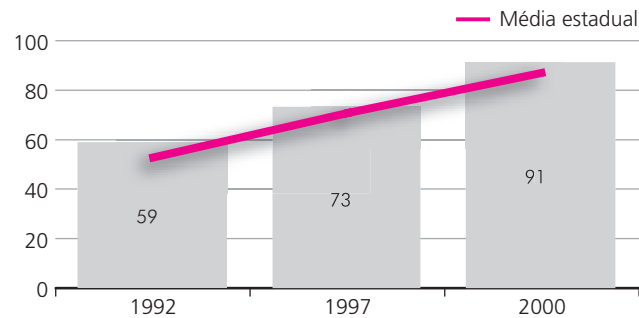
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 26,3 para 24,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 30,9 para 32,4;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) ficou estável em 3,0;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 49,7 para 44,0.

A combinação entre o aumento da taxa de mortalidade perinatal e as pequenas reduções nas demais taxas de mortalidade, que se mantêm em patamares muito elevados, fez Lorena perder posição no *ranking* e seu índice agregado permanecer abaixo das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: altas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Lorena ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:
1997 – 120ª
2000 – 99ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 51,0% para 66,6%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 31,0% para 50,4%;
- a proporção das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 93,0% para 97,5% e a das pessoas de 15 a 24 anos variou de 97,2% para 97,1%;
- a participação a rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 23,2% para 29,0%.

Lorena registrou crescimento em quase todos os componentes, destacando-se a evolução da taxa de conclusão dos ensinos fundamental e médio, fazendo o município ganhar posições no *ranking* e colocando seu índice agregado em patamar superior às médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	77.914
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	194,79
Número de Domicílios Particulares Permanentes	20.252
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,87

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Lorena mostrou modestos resultados na dimensão riqueza, apesar do crescimento do valor adicionado fiscal, desempenho pouco favorável da dimensão longevidade, inclusive com aumento da taxa de mortalidade perinatal, e bom desempenho na dimensão escolaridade, com elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

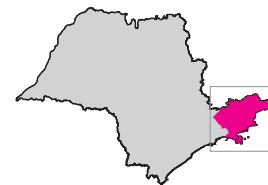
160ª Riqueza

634ª Longevidade

99ª Escolaridade

MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS, que reúne os municípios com nível baixo de desenvolvimento econômico e em transição social. Município de pequeno porte, Monteiro Lobato possui nível baixo de riqueza, indicador intermediário de escolaridade, mas índice de longevidade situado em patamar superior às respectivas médias regional e estadual.

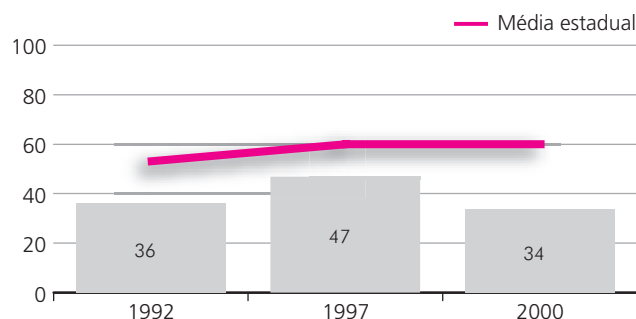


Riqueza: queda do rendimento médio

Monteiro Lobato ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 189^a

2000 – 467^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,3 MW para 7,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial diminuiu de 2,5 MW para 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 603 para R\$ 445;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 629 para R\$ 789.

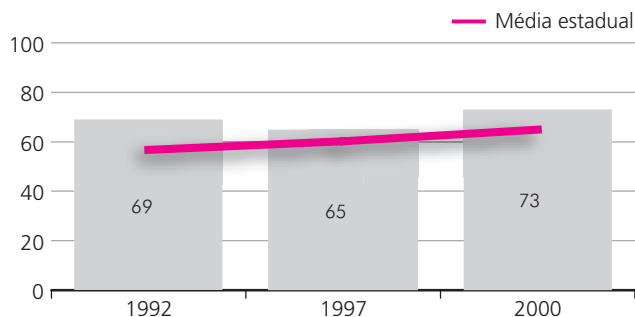
Apesar de apresentar crescimento das atividades econômicas, Monteiro Lobato registrou forte queda do rendimento médio e do consumo de energia elétrica residencial, que provocou perda de posições do município no *ranking* geral e na sua pontuação agregada, posicionando-a abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

Monteiro Lobato ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 272^a

2000 – 121^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 17,1 para 12,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 17,0 para 12,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,3 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 40,7 para 38,9.

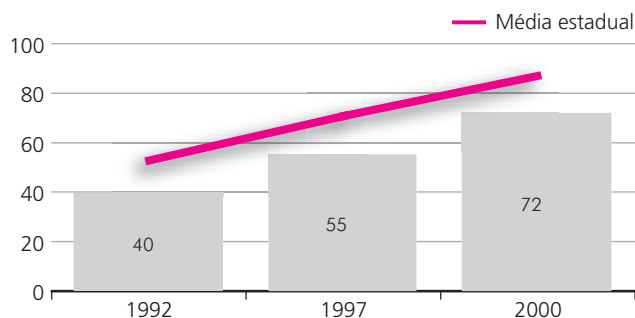
Monteiro Lobato registrou queda nas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, melhorando sua posição no *ranking* e elevando seu índice agregado para patamar superior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: crescimento insuficiente

Monteiro Lobato ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 519^a

2000 – 521^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 43,2% para 50,8%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 11,2% para 30,6%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 90,6% para 95,3% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 94,3% para 95,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 46,7% para 49,8%.

Os avanços verificados em Monteiro Lobato em todas as variáveis de escolaridade não foram suficientes para evitar a pequena perda de posições no *ranking*, e mesmo o aumento da sua pontuação agregada não tirou o município de posição inferior às médias da Região e do Estado nessa dimensão.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.613
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	10,69
Número de Domicílios Particulares Permanentes	403
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	83,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	94,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	6,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,62

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Monteiro Lobato mostrou que sua permanência no Grupo 4 refletiu o fraco desempenho da dimensão riqueza, com queda do rendimento médio, os excelentes resultados na dimensão longevidade e o comportamento regular dos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000

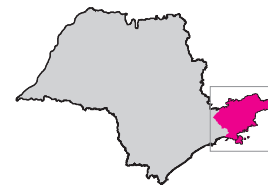
467^o
Riqueza

121^o
Longevidade

521^o
Escolaridade

NATIVIDADE DA SERRA

Natividade da Serra, que ocupava o Grupo 4 em 1992, passou para o Grupo 5 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Além do nível baixo da sua riqueza municipal, Natividade da Serra apresenta baixos índices de escolaridade, mas um nível de longevidade que, embora esteja abaixo da média estadual, situa-se acima da média regional.

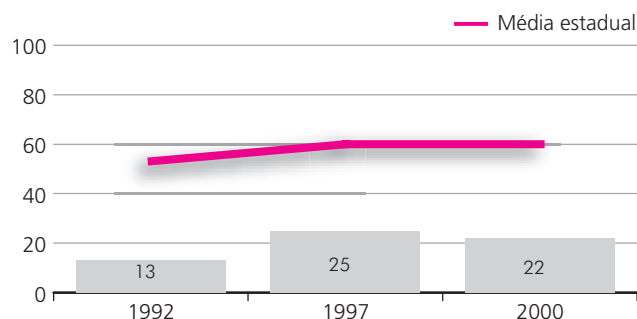


Riqueza: queda do rendimento médio

Natividade da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 619^a

2000 – 638^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 2,4 MW para 3,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 1,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 643 para R\$ 411;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 451 para R\$ 415.

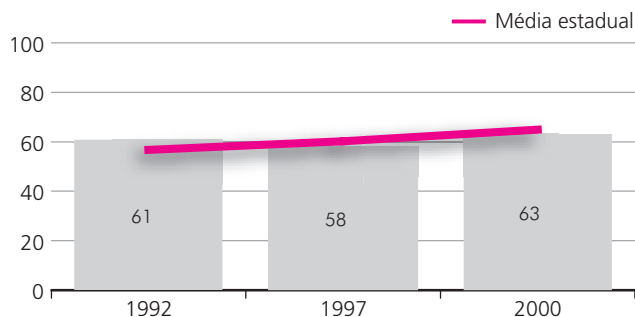
Natividade da Serra registrou crescimento das atividades nos setores primário e terciário e retração no rendimento médio e no valor adicionado fiscal *per capita*, o que determinou a perda de posições no *ranking* geral e a permanência do seu índice agregado em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

Natividade da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 458^a

2000 – 413^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

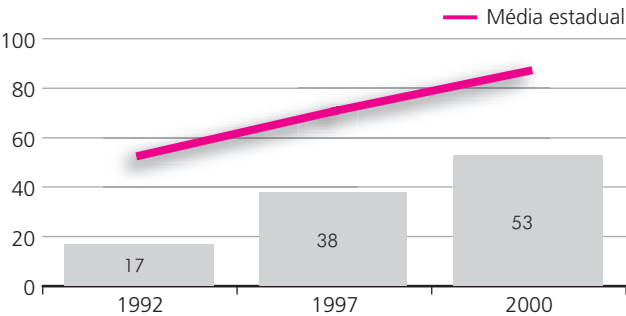
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 25,6 para 22,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 21,4 para 20,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,4 para 2,0;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 39,0 para 34,4.

Natividade da Serra registrou queda em todas as taxas de mortalidade, melhorando sua posição no *ranking* e aproximando seu índice agregado da média estadual, embora tenha superado a média da Região.

Escolaridade: baixas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Natividade da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 635ª
2000 – 639ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 19,3% para 34,3%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 8,3% para 16,4%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 84,7% para 93,6% e a das pessoas de 15 a 24 anos diminuiu de 94,1% para 92,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 22,8% para 26,7%.

Natividade da Serra apresentou crescimento em quase todas as variáveis dessa dimensão, porém, continua com níveis muito abaixo das médias regional e estadual, ocupando posição desfavorável no *ranking* dessa dimensão.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.947
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	8,19
Número de Domicílios Particulares Permanentes	861
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,53

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Natividade da Serra apresentou desempenho desfavorável na dimensão riqueza, com queda do rendimento médio e do valor adicionado fiscal, redução nas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade e crescimento insuficiente nos indicadores de escolaridade, que se mantêm em patamares muito baixos em relação aos demais municípios.

Ranking 2000

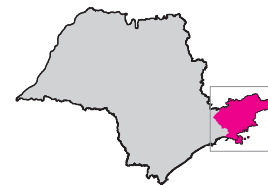
638ª Riqueza

413ª Longevidade

639ª Escolaridade

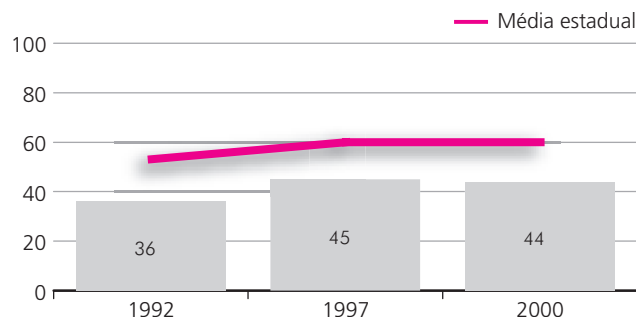
PARAIBUNA

Paraibuna manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, juntamente com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Além de manter seu nível baixo de riqueza municipal, Paraibuna apresenta indicadores de longevidade e escolaridade situados em patamares inferiores às respectivas médias regional e estadual.



Riqueza: redução do valor adicionado fiscal *per capita*

Paraibuna ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 213^a
2000 – 231^a



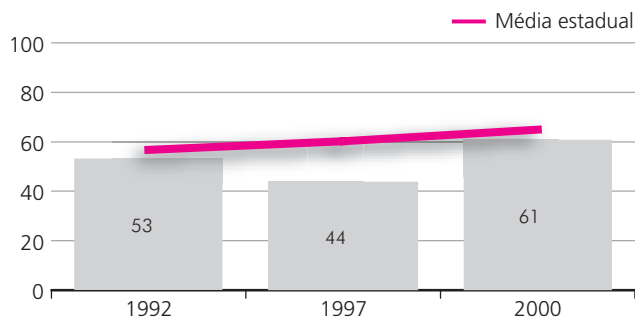
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 22,8 MW para 24,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 441 para R\$ 397;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 2.521 para R\$ 1.649.

Paraibuna registrou pequeno crescimento nas atividades dos setores primário e terciário, porém, o rendimento médio do emprego formal e o valor adicionado fiscal *per capita* apresentaram redução em seus níveis, fazendo o município perder posições no *ranking*, e seu índice agregado permanecer abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

Paraibuna ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 627^a
2000 – 478^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 30,2 para 19,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 29,7 para 27,1;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 3,8 para 1,9;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 41,9 para 36,2.

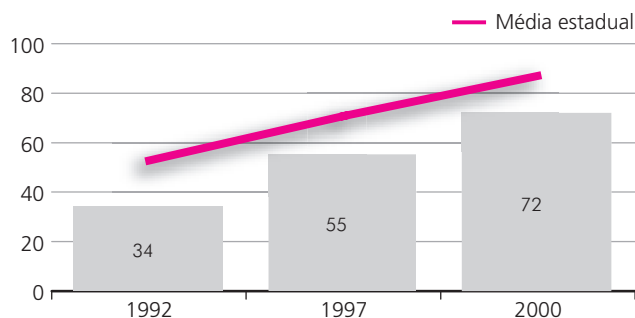
Paraibuna, na dimensão longevidade, registrou queda em todas as taxas de mortalidade, melhorando sua posição no *ranking* e aumentando seu indicador para patamar próximo da média regional, embora ainda abaixo da média do Estado.

Escolaridade: crescimento insuficiente

Paraibuna ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 522^a

2000 – 535^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 38,7% para 55,4%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio elevou-se de 17,7% para 27,3%;
- a proporção das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 90,1% para 94,1% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 94,1% para 96,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública expandiu-se de 9,8% para 14,1%.

Apesar de Paraibuna registrar crescimento em todos os componentes dessa dimensão, seus reduzidos níveis deslocaram a posição do município no *ranking*, e mantiveram seu índice agregado em patamar inferior às médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	16.988
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	23,11
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.419
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	92,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,51

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Paraibuna apresentou evolução desfavorável na dimensão riqueza, com queda do valor adicionado fiscal e do rendimento médio, bom desempenho na dimensão longevidade, com redução das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, e avanços modestos nos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000

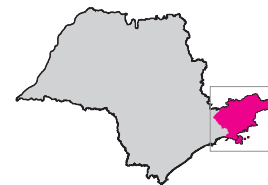
231^o
Riqueza

478^o
Longevidade

535^o
Escolaridade

PINDAMONHANGABA

Pindamonhangaba, que pertencia ao Grupo 4 em 1992, e passou para o Grupo 1 nas edições do IPRS de 1997 e 2000. Mantendo-se junto aos chamados “municípios-pólo”, Pindamonhangaba apresenta elevado nível de riqueza, exerce papel importante no desenvolvimento regional e seus indicadores de longevidade e escolaridade situam-se acima da média do conjunto dos municípios do Estado.

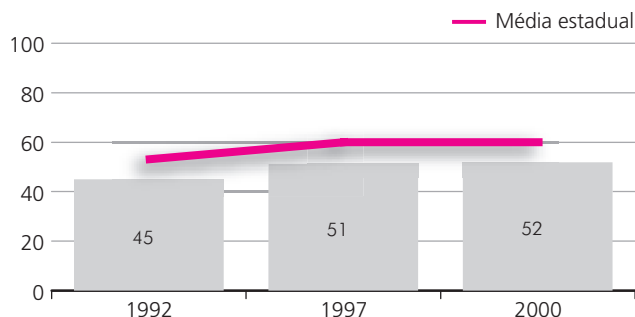


Riqueza: crescimento das atividades dos setores primário e terciário

Pindamonhangaba ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 113^a

2000 – 100^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços subiu de 8,2 MW para 9,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial permaneceu estável em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 779 para R\$ 765;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 6.616 para R\$ 6.279;

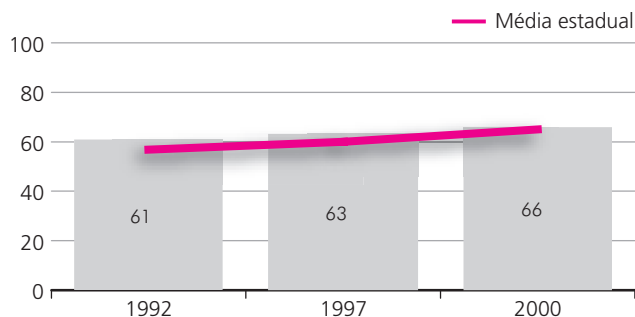
Apenas a variável relacionada ao desempenho dos setores primário e terciário apresentou crescimento, mais do que compensando a queda no rendimento médio e no valor adicionado fiscal *per capita*, o que melhorou a posição no *ranking*, embora seu índice tenha permanecido em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Pindamonhangaba ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 318^a

2000 – 344^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,1 para 13,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 18,1 para 19,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,9 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 50,4 para 44,8.

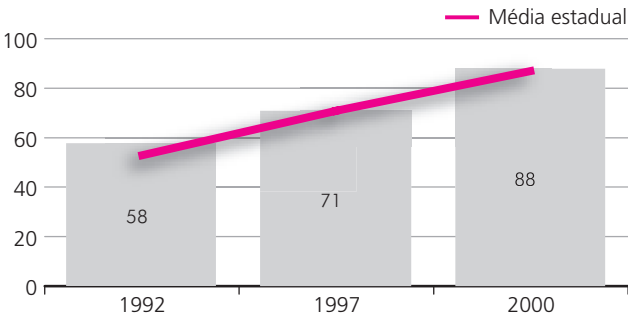
A perda de posição no *ranking* deve-se ao aumento da taxa de mortalidade perinatal e ao elevado nível da taxa dos maiores de 60 anos, o que não impediu o crescimento da sua pontuação agregada, que se situou acima das médias regional e estadual.

Escolaridade: progressos em todas as variáveis

Pindamonhangaba ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 173^a

2000 – 189^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 49,3% para 67,2%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio subiu de 27,4% para 44,2%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,4% para 96,0% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 97,8% para 97,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública elevou-se de 8,8% para 12,2%.

Apesar de Pindamonhangaba ter alcançado altas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, este fato não impediu sua queda no *ranking*, muito embora o índice agregado do município tenha ficado acima da média do Estado, embora abaixo da média regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	125.775
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	168,60
Número de Domicílios Particulares Permanentes	30.633
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	88,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,81

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS mostra que Pindamonhangaba registrou modesto desempenho na dimensão riqueza, inclusive com queda do valor adicionado fiscal, resultados pouco favoráveis no quesito longevidade, com aumento da taxa de mortalidade perinatal, e bons resultados nos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000

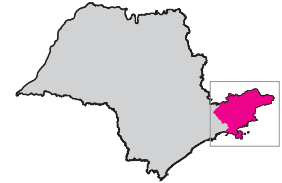
100^o
Riqueza

344^o
Longevidade

189^o
Escolaridade

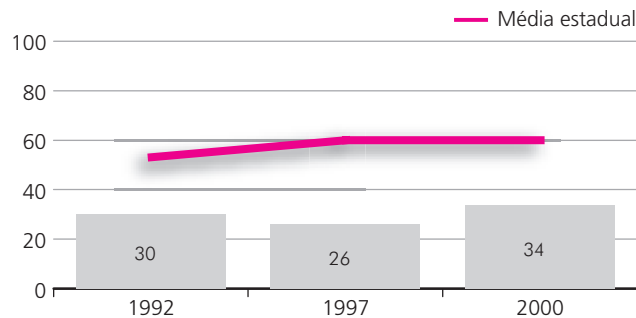
PIQUETE

O município manteve-se no Grupo 4 nas três edições do IPRS. O Grupo 4 é formado por municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Piquete apresentou nível baixo de riqueza social, nível intermediário de longevidade e indicadores de escolaridade acima da média dos demais municípios do Estado.



Riqueza: aumento do rendimento médio

Piquete ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 603^a
2000 – 484^a



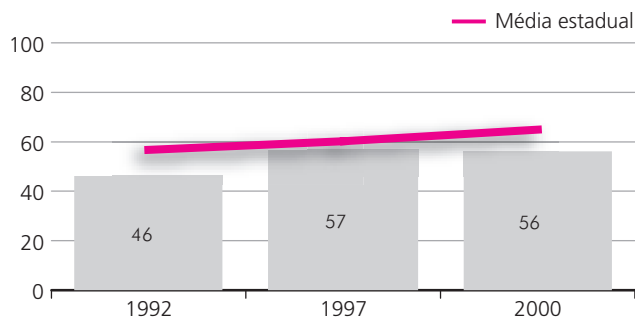
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços subiu de 4,5 MW para 5,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 220 para R\$ 429;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 652 para R\$ 500.

Piquete registrou crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário, e do rendimento médio, o que melhorou a posição do município no *ranking* e na sua pontuação, embora ainda permaneça abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal

Piquete ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 500^a
2000 – 574^a



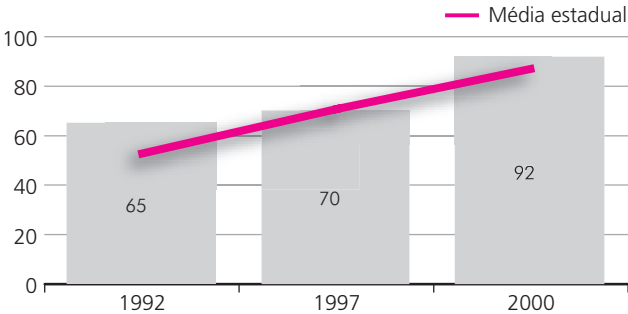
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) cresceu de 15,3 para 20,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 30,0 para 31,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 1,8 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 50,1 para 46,5.

O aumento e os elevados níveis das taxas de mortalidade infantil e perinatal rebaixaram a posição de Piquete no *ranking*, ficando seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Piquete ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:
1997 – 187^a
2000 – 76^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 51,7% para 72,9%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio subiu de 26,7% para 45,5%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 93,1% para 98,8% e a das pessoas de 15 a 24 anos ficou estável em 96,9%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública elevou-se de 18,5% para 20,0%.

Piquete registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio que colocaram o município em posição privilegiada no *ranking*, e sua pontuação agregada passou a patamar superior com relação às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	15.196
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	89,39
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.848
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	81,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	97,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,86

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Piquete mostrou bom desempenho na dimensão riqueza, graças ao aumento do rendimento médio; resultados aquém do desejável na dimensão longevidade, inclusive com aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal; e excelentes avanços no quesito escolaridade.

Ranking 2000

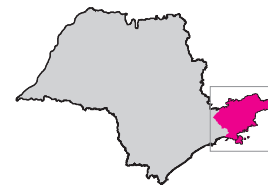
484º
Riqueza

574º
Longevidade

76º
Escolaridade

POTIM

Em 1997, Potim pertencia ao Grupo 5 do IPRS, em 2000, e passou a integrar o Grupo 4 caracterizado por municípios com baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Nesse IPRS, o município manteve seu nível de riqueza, e os índices de longevidade e escolaridade apresentaram-se em patamares intermediários em relação às respectivas médias do conjunto dos municípios paulistas.

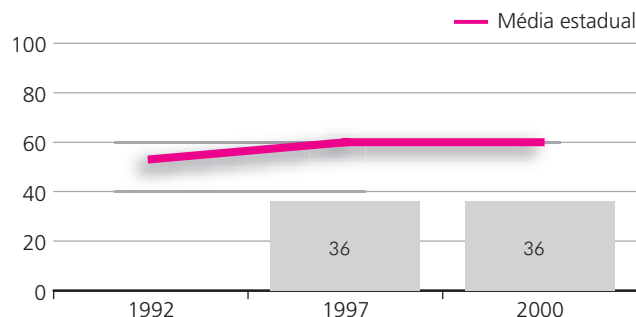


Riqueza: recuo do nível de atividades

Potim ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 414^a

2000 – 425^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços baixou de 7,7 MW para 7,6 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial permaneceu estável em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 379 para R\$ 432;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 396 para R\$ 362.

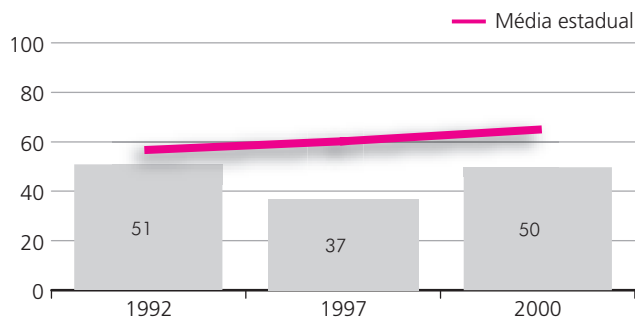
Potim registrou recuo quase em todas as atividades econômicas, com exceção do rendimento médio. Como resultado, perdeu posições no *ranking*. Conservou-se em patamar inferior com relação às médias regional e estadual de seu índice agregado.

Longevidade: queda de todas as taxas de mortalidade em todas faixas de idade

Potim ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 643^a

2000 – 629^a



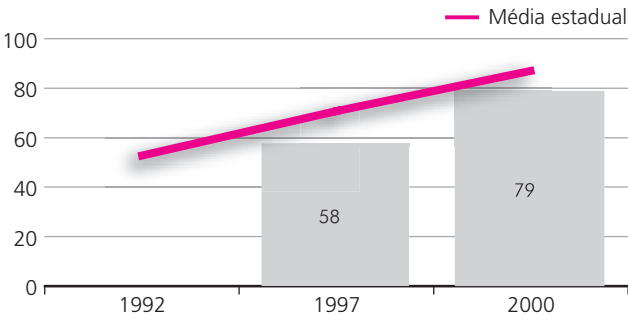
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 39,7 para 28,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 46,7 para 36,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,7 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 48,1 para 43,0.

Mesmo com a forte diminuição das taxas de mortalidade infantil e perinatal, os níveis continuaram elevados. Melhorou a posição do município no *ranking*, embora seu índice agregado permaneça em patamar inferior às médias regional e estadual.

Escolaridade: crescem os indicadores

Potim ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:
1997 – 458ª
2000 – 384ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental cresceu de 38,3% para 61,1%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio elevou-se de 16,7% para 30,2%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 91,2% para 96,6% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 96,2% para 96,6%.
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 49,7% para 51,7%.

Potim apresentou melhorias em todas as variáveis, merecendo destaque o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que promoveu sua posição no *ranking*, embora seu índice agregado tenha permanecido em patamares inferiores às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	13.562
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	301,38
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.213
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	80,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	84,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Potim mostra que sua passagem para o Grupo 4 refletiu os avanços na dimensão escolaridade, em especial o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, a redução das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade, com destaque para a infantil e a perinatal, e o fraco desempenho da dimensão riqueza, embora o rendimento médio do emprego formal tenha aumentado.

Ranking 2000

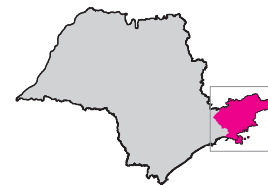
425º Riqueza

629º Longevidade

384º Escolaridade

QUELUZ

Queluz manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, junto aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Localizado em região de baixo dinamismo econômico, o município possui baixo nível de riqueza, e indicadores de longevidade e escolaridade abaixo da média do conjunto dos municípios do Estado.

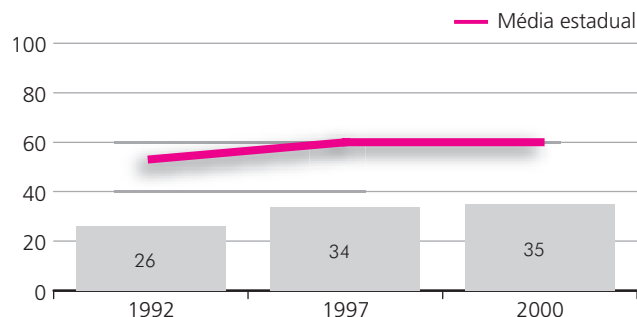


Riqueza: crescimento das atividades dos setores primário e terciário

Queluz ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 462^a

2000 – 436^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 8,5 MW para 10,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 323 para R\$ 357;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 1.283 para R\$ 1.052.

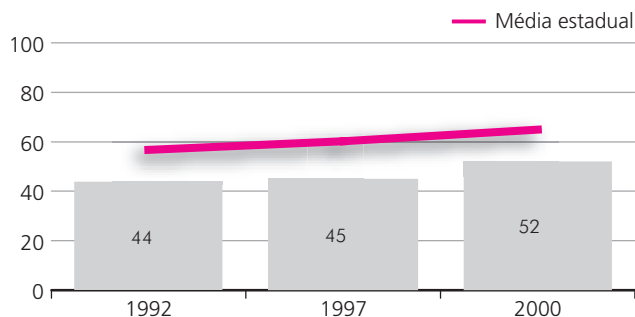
Queluz registrou crescimento das atividades vinculadas aos setores primário e terciário, e aumento do rendimento médio, o que melhorou a posição do município no *ranking*, embora seu índice agregado permaneça abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: pequenas reduções nas taxas de mortalidade

Queluz ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 624^a

2000 – 619^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

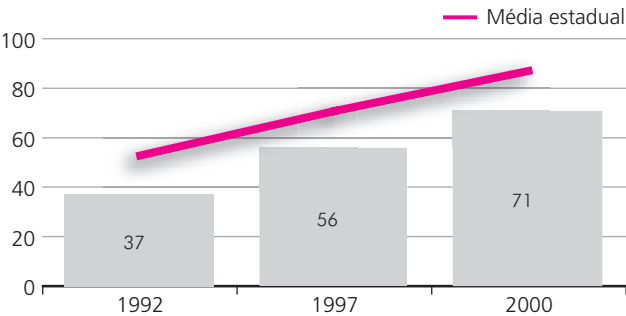
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,1 para 20,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 37,6 para 35,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,5 para 1,7;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 54,7 para 48,9.

Queluz registrou pequenos recuos das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, que ainda continuam em níveis elevados, possibilitando ganho de poucas posições no *ranking*, e mantendo seu índice agregado em patamar inferior ao das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: avanços insuficientes

Queluz ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 495ª
2000 – 557ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a porcentagem das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 36,2% para 51,1%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio elevou-se de 21,1% para 27,5%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 89,1% para 97,6% e a das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 94,7% para 93,9%.
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública variou de 42,2% para 42,8%.

Apesar de Queluz registrar crescimento na maioria das variáveis, seu ritmo mais lento do que a média dos municípios fez a sua posição no *ranking* cair, e seu índice agregado permanecer abaixo do patamar da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	9.098
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	37,60
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.000
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	74,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	95,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de Queluz no Grupo 5 do IPRS refletiu o lento crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, os pequenos avanços na dimensão longevidade, que apresenta taxas de mortalidade infantil e perinatal em níveis muito altos, e o modesto desempenho da dimensão riqueza.

Ranking 2000

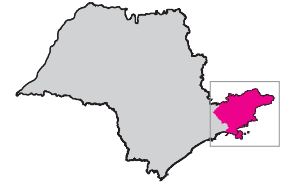
436º
Riqueza

619º
Longevidade

557º
Escolaridade

REDENÇÃO DA SERRA

Depois de ocupar o Grupo 5 do IPRS em 1997, Redenção da Serra passou para o Grupo 4 na edição de 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Apesar do nível baixo de riqueza municipal, Redenção da Serra apresenta índice de escolaridade em patamar intermediário, mas indicador de longevidade em patamar superior à média dos municípios do Estado.

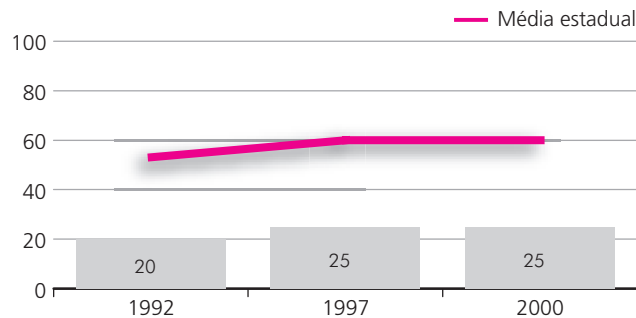


Riqueza: indicador acusa estabilidade

Redenção da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 620^a

2000 – 622^a



Comportamento das variáveis que compõem essa dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 3,5 MW para 4,0 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 392 para R\$ 356;
- o valor adicionado *per capita* cresceu de R\$ 964 para R\$ 1.209.

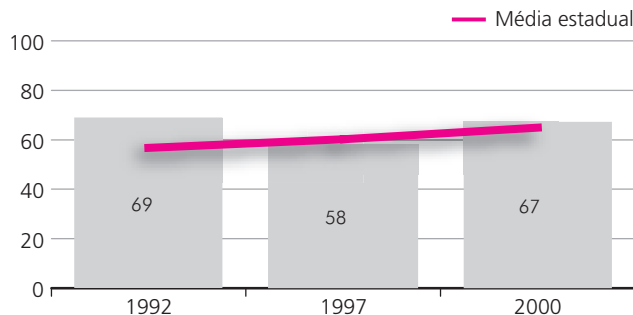
Redenção da Serra registrou crescimento das atividades econômicas e redução do rendimento médio, o que resultou na perda de poucas posições do município no *ranking*, e a manutenção de seu índice agregado em patamar abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda das taxas de mortalidade infantil e de jovens e adultos

Redenção da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 464^a

2000 – 329^a



Comportamento das variáveis que compõem essa dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,5 para 20,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 13,4 para 15,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 3,6 para 0,9;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) cresceu de 45,2 para 49,1.

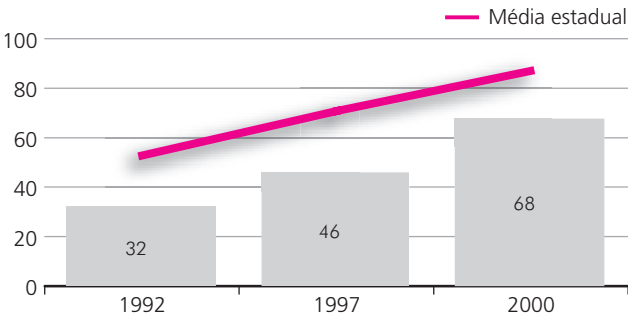
Redenção da Serra registrou reduções nas taxas de mortalidade infantil e das pessoas entre 15 e 39 anos, e aumento nas taxas de mortalidade perinatal e entre os maiores de 60 anos, que resultou na melhoria da sua posição no *ranking*, e colocou seu índice agregado em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: melhorias em todas as variáveis

Redenção da Serra ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 609^a

2000 – 590^a



Comportamento das variáveis que compõem essa dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 28,1% para 48,2%;
- o percentual de pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio subiu de 15,7% para 26,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 88,8% para 92,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos passou de 92,9% para 96,3%.
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se nula.

Embora os avanços registrados em Redenção da Serra tenham melhorado a posição do município no *ranking*, os níveis relativamente baixos alcançados pelas taxas de cobertura de escolaridade das faixas de idade discriminadas ainda mantêm o índice do município em patamar abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.047
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	12,77
Número de Domicílios Particulares Permanentes	454
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	75,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	82,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	90,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	94,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,53

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Redenção da Serra mostra que sua passagem para o Grupo 4 refletiu as melhorias na dimensão longevidade, com queda das taxas de mortalidade infantil e das pessoas de 15 a 39 anos, o desempenho apenas regular do indicador de escolaridade, com baixas taxas de cobertura, e a estabilidade da dimensão riqueza, reflexo do crescimento das atividades econômicas e queda do rendimento médio do emprego formal.

Ranking 2000

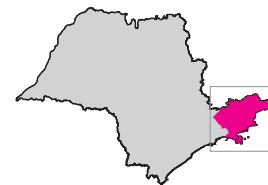
622^o
Riqueza

329^o
Longevidade

590^o
Escolaridade

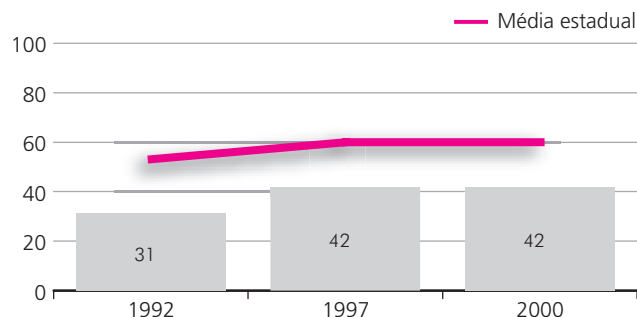
ROSEIRA

Roseira pertenceu ao Grupo 5 do IPRS em 1992, classificou-se no Grupo 3 em 1997 e no Grupo 4 na edição do IPRS de 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. O baixo nível de riqueza municipal de Roseira convive com índices de longevidade em nível intermediário, e de escolaridade muito próximo à média observada para o conjunto dos municípios do Estado.



Riqueza: crescimento das atividades dos setores primário e terciário

Roseira ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 289^a
2000 – 247^a



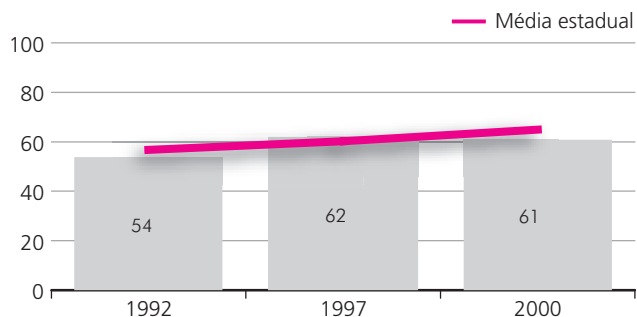
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 12,2 MW para 14,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 477 para R\$ 540;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 1.747 para R\$ 1.119.

Roseira registrou crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário e do rendimento médio do emprego formal, o que compensou a queda da atividade industrial. A posição do município subiu no *ranking* geral, embora mantendo-o em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Roseira ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 365^a
2000 – 468^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,6 para 13,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 23,1 para 31,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idades entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,7 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 41,2 para 39,9.

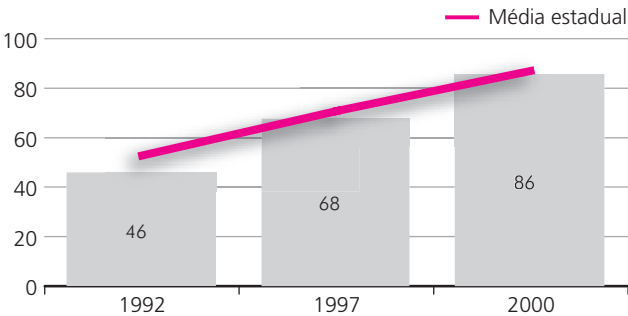
O aumento da taxa de mortalidade perinatal de Roseira superou a redução em todas as demais taxas, piorando a posição do município no *ranking* e colocando seu índice agregado em patamar inferior ao da Região e do Estado.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Roseira ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 237ª

2000 – 217ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,8% para 65,2%;
- o percentual de pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 24,5% para 38,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 92,2% para 98,2%, e das pessoas de 15 a 24 anos passou de 96,7% para 96,5%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública decresceu de 50,0% para 49,2%.

Roseira registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que melhorou a posição do município no *ranking*, e colocou seu índice agregado apenas a um ponto abaixo da média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	8.551
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	70,67
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.084
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	94,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Roseira mostra que a sua passagem para o Grupo 4 refletiu o pouco favorável desempenho da dimensão longevidade, (inclusive com aumento da taxa de mortalidade perinatal), apesar do crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, e dos avanços da dimensão riqueza, não obstante a queda da atividade industrial.

Ranking 2000

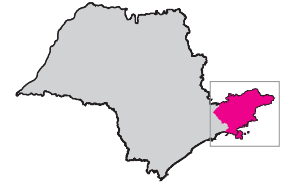
247º
Riqueza

468º
Longevidade

217º
Escolaridade

SANTA BRANCA

Santa Branca pertencia ao Grupo 4 do IPRS em 1992, classificou-se no Grupo 3 em 1997 e retornou ao Grupo 4 em 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Com baixo nível de riqueza municipal, Santa Branca apresenta níveis intermediários de escolaridade e índices de longevidade que coloca o município em patamar superior às médias regional e estadual.

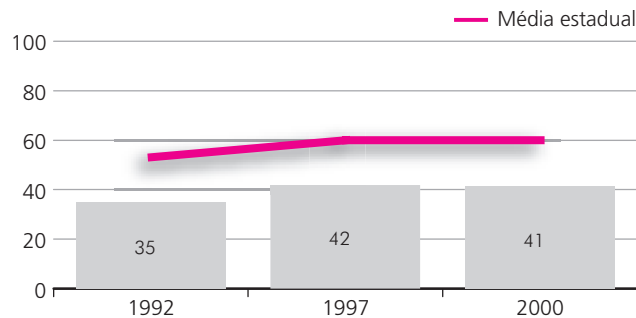


Riqueza: crescimento das atividades econômicas

Santa Branca ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 291^a

2000 – 284^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,8 MW para 8,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 516 para R\$ 407;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 1.484 para R\$ 1.889.

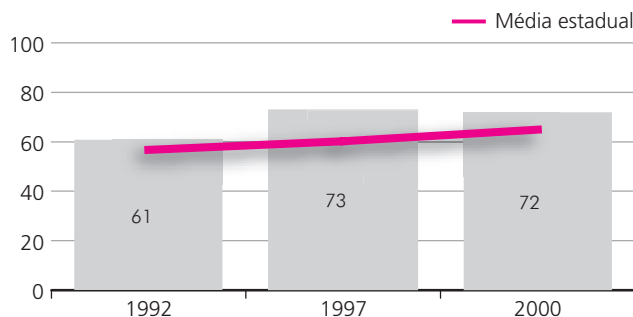
Santa Branca registrou crescimento em todas as atividades econômicas e redução do rendimento médio, o que resultou em pequena melhoria da posição do município no *ranking*, embora tenha perdido pontos em seu índice agregado e permanecido em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade de idosos

Santa Branca ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 69^a

2000 – 138^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

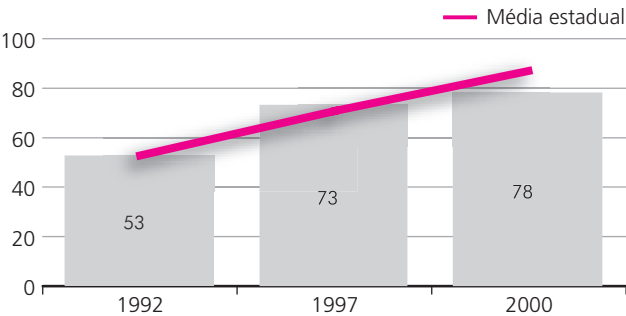
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,5 para 11,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 18,7 para 15,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idades entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) permaneceu estável em 1,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 29,7 para 42,0.

O aumento da taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos em Santa Branca superou a redução nas demais taxas, piorando a posição do município no *ranking*, embora seu índice agregado tenha permanecido em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: avanços insuficientes

Santa Branca ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 124ª
2000 – 410ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 47,5% para 62,4%;
- o percentual de pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio elevou-se de 30,0% para 34,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 93,5% para 94,6%, e das pessoas de 15 a 24 anos caiu de 96,3% para 93,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública foi de 100,0%.

O crescimento mais lento e as relativamente baixas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio de Santa Branca fizeram com que o município perdesse posição no *ranking* e seu índice permanecesse abaixo das médias alcançadas pelo conjunto dos municípios da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	12.982
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	44,92
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.183
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	82,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	85,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	93,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	16,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Santa Branca mostra que sua classificação no Grupo 4 refletiu o desempenho pouco favorável de sua dimensão longevidade (com aumento da taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos), o insuficiente crescimento da taxa de conclusão do ensino médio e a pequena melhoria da dimensão riqueza.

Ranking 2000

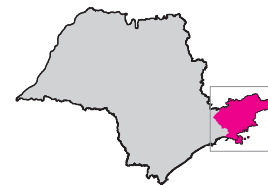
284ª
Riqueza

138ª
Longevidade

410ª
Escolaridade

SANTO ANTONIO DO PINHAL

Santo Antonio do Pinhal manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, junto com os municípios considerados de baixo desenvolvimento econômico e social, já que ao baixo nível de riqueza municipal apresentam indicadores de longevidade e de escolaridade em patamares inferiores às respectivas médias verificadas para o conjunto dos municípios do Estado.

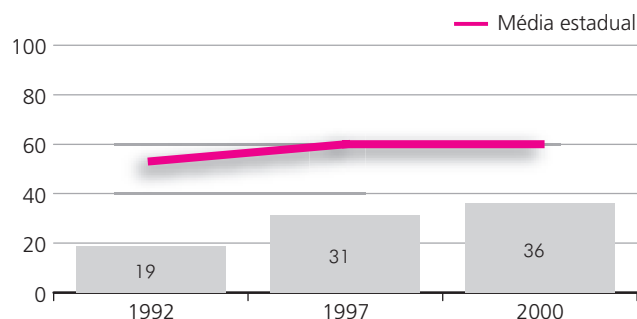


Riqueza: desempenho positivo em todas as variáveis

Santo Antonio do Pinhal ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 522^a

2000 – 418^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 4,9 MW para 6,4 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial cresceu de 1,8 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 414 para R\$ 487;
- o valor adicionado *per capita* subiu de R\$ 447 para R\$ 550.

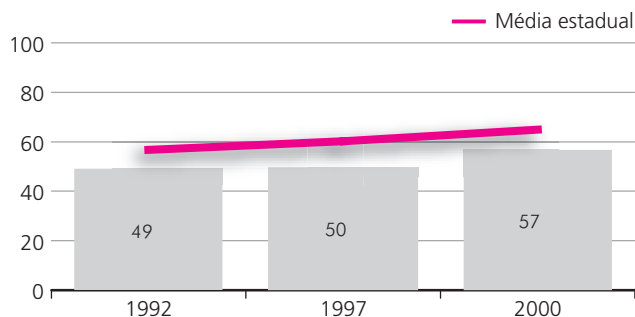
Santo Antonio do Pinhal registrou crescimento em todas as variáveis, o que melhorou a posição do município no *ranking* geral, embora seu índice agregado tenha permanecido abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda das taxas de mortalidade

Santo Antonio do Pinhal ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 585^a

2000 – 562^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

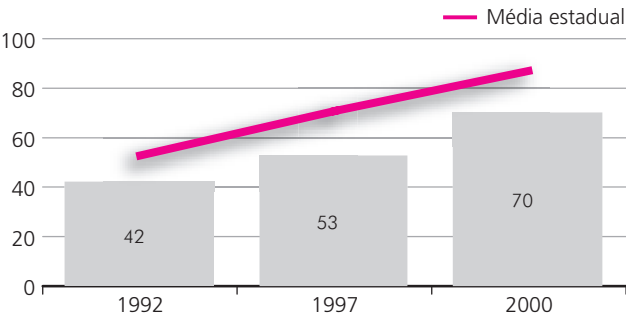
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 25,6 para 23,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) manteve-se estável em 35,5;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,1 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 40,1 para 29,9.

A melhoria da posição no *ranking* de Santo Antonio do Pinhal só não foi mais forte por causa dos ainda elevados níveis das taxas de mortalidade infantil e perinatal, que também responderam pela colocação do seu índice agregado em patamar inferior às médias regional e estadual.

Escolaridade: avanços insuficientes

Santo Antonio do Pinhal ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 551ª
2000 – 566ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 32,2% para 53,4%;
- a proporção das pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio subiu de 15,4% para 23,6%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 89,5% para 94,2%, e das pessoas de 15 a 24 anos variou de 95,2% para 96,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 41,1% para 42,4%.

Apesar de Santo Antonio do Pinhal ter registrado crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, as relativamente baixas taxas de cobertura fizeram o município perder posição no ranking, e sua pontuação agregada manter-se abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.318
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	44,81
Número de Domicílios Particulares Permanentes	821
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	72,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	83,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	96,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	17,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,53

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Santo Antonio do Pinhal mostra que o município apresentou bom desempenho na dimensão riqueza, com crescimento de todos os indicadores, avanços na dimensão longevidade, embora tenha apresentado taxas de mortalidade infantil e perinatal em elevados níveis, e grau ainda relativamente reduzido das taxas de cobertura dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

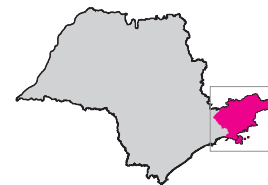
418ª
Riqueza

562ª
Longevidade

566ª
Escolaridade

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

São Bento do Sapucaí que estava no Grupo 5, em 1992, passou a pertencer ao Grupo 4 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, permanecendo agregado aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Seu nível baixo de riqueza municipal convive com indicadores de escolaridade em níveis intermediários, mas seu índice de longevidade supera as médias regional e estadual.

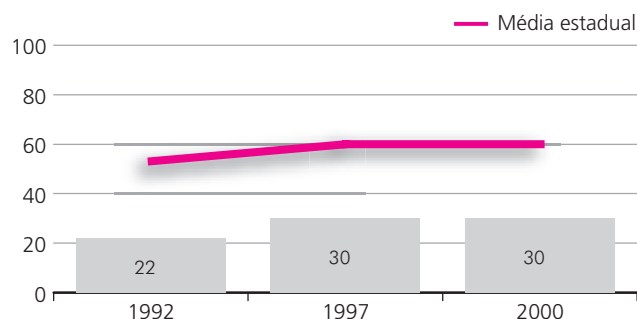


Riqueza: queda da atividade industrial

São Bento do Sapucaí ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 552^a

2000 – 561^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 4,6 MW para 5,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação manteve-se em 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 460 para R\$ 477;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou queda de R\$ 594 para R\$ 521.

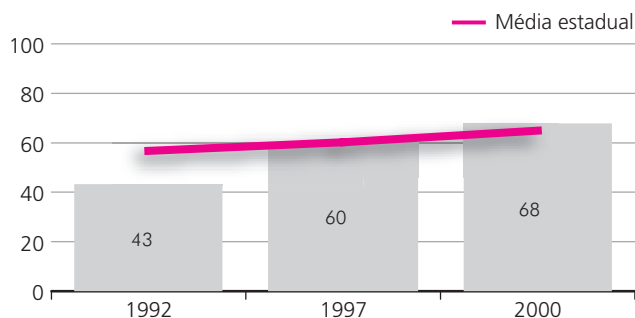
A perda de algumas posições no *ranking* de São Bento do Sapucaí decorreu da queda da atividade industrial, já que os setores primário e terciário e o rendimento médio apresentaram pequeno crescimento, mantendo também seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: queda em todas as taxas de mortalidade

São Bento do Sapucaí ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 420^a

2000 – 273^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) registrou queda de 19,4 para 6,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) retraiu-se de 25,5 para 24,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,7 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 43,0 para 38,6.

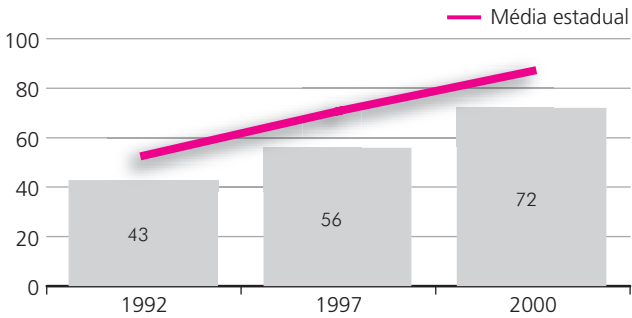
Apesar da perda de posições no *ranking* geral, São Bento do Sapucaí apresenta taxas de mortalidade em níveis bastante reduzidos, à exceção da taxa de mortalidade perinatal, que colocou o índice agregado, em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: avanços insuficientes

São Bento do Sapucaí ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 503ª

2000 – 539ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 30,2% para 56,5%;
- a proporção das pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 20,3% para 28,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 90,0% para 90,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos variou de 95,6% para 96,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública elevou-se de 54,6% para 55,2%.

O município perdeu posição no *ranking* em razão do lento avanço das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e por seu índice agregado permanecer em patamar inferior às médias observadas para a Região e o Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	10.339
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	40,23
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.365
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	73,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,56

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Em São Bento do Sapucaí, a análise do IPRS mostra um pequeno recuo da dimensão riqueza, insuficiente crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio (deste último em particular), e queda de todas as taxas na dimensão longevidade, o que colocou o município acima da média estadual.

Ranking 2000

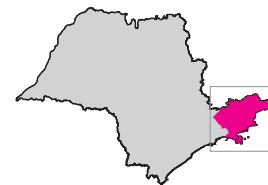
561ª Riqueza

273ª Longevidade

539ª Escolaridade

SÃO JOSÉ DO BARREIRO

São José do Barreiro manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, junto aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. À permanência do seu baixo nível de riqueza municipal, São José do Barreiro exibe indicadores de longevidade e escolaridade que se situam em patamares inferiores à média do conjunto dos municípios do Estado.

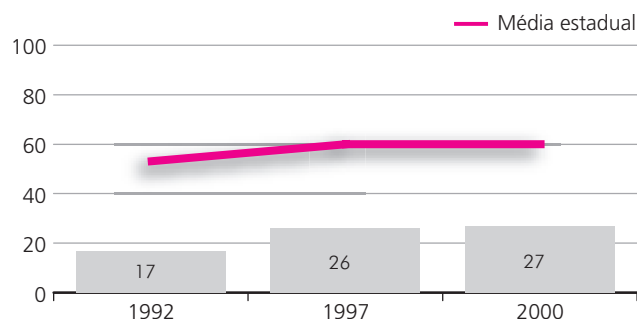


Riqueza: recuo do rendimento médio

São José do Barreiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 600^a

2000 – 604^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 4,9 MW para 5,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação manteve-se estável em 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal recuou de R\$ 385 para R\$ 378;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou pequeno aumento de R\$ 304 para R\$ 314.

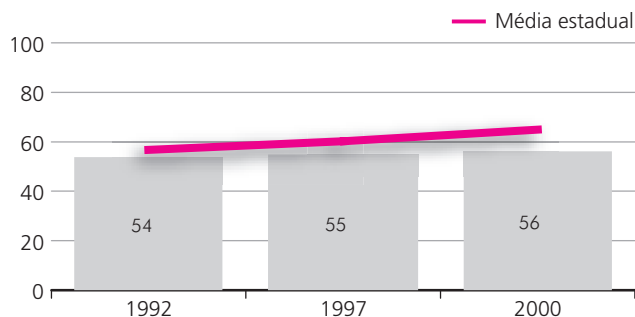
São José do Barreiro registrou crescimento em quase todas as atividades dos setores da economia. No rendimento médio do emprego formal, o município acusou pequena retração, o que resultou na perda de posição do município no *ranking* e na permanência de seu índice agregado em nível inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: avanços aquém do desejável

São José do Barreiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 522^a

2000 – 572^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) variou de 23,6 para 23,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 32,6 para 31,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,0 para 1,8;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 36,0 para 36,9.

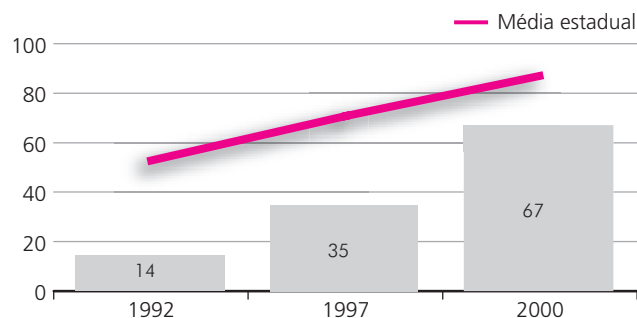
A perda de posições no *ranking* de São José do Barreiro ficou por conta da relativa estagnação das suas taxas de mortalidade em patamares elevados, o que também manteve seu índice agregado em patamar inferior às médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

São José do Barreiro ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 639^a

2000 – 599^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 19,1% para 51,2%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 17,4% para 29,0%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 81,4% para 92,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 88,4% para 91,4%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública permaneceu em 100,0%.

São José do Barreiro melhorou sua posição no *ranking*, pois além de registrar crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, manteve a municipalização do ensino fundamental em sua totalidade. A pontuação de seu índice agregado melhorou, mas permaneceu ainda em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.141
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	6,90
Número de Domicílios Particulares Permanentes	715
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	91,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,47

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de São José do Barreiro mostra fraco desempenho da dimensão riqueza, crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio (com total municipalização do ensino fundamental), e tímidos avanços na dimensão longevidade, com taxas de mortalidade infantil e perinatal em níveis muito altos.

Ranking 2000

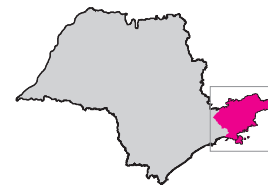
604^o
Riqueza

572^o
Longevidade

599^o
Escolaridade

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

São José dos Campos pertencia ao Grupo 2, em 1992, e passou para o Grupo 1 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, junto dos considerados “municípios-pólo”. Além de sua importância no desenvolvimento regional e do Estado, São José dos Campos apresenta elevado nível de riqueza municipal e indicadores de longevidade e escolaridade acima das médias do conjunto dos municípios paulistas.

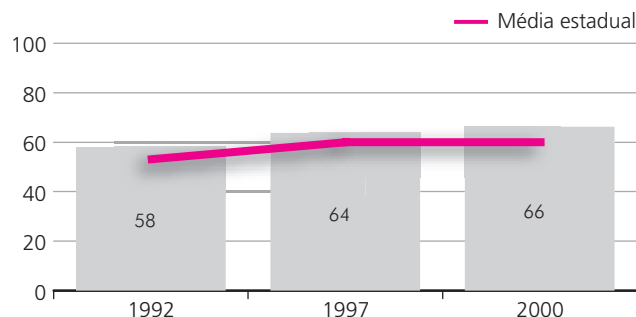


Riqueza: crescimento do valor adicionado fiscal *per capita*

São José dos Campos ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 21^a

2000 – 16^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 14,2 MW para 17,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 2,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal apresentou pequena redução de R\$ 1.032 para R\$ 1.021;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 13.434 para R\$ 17.615.

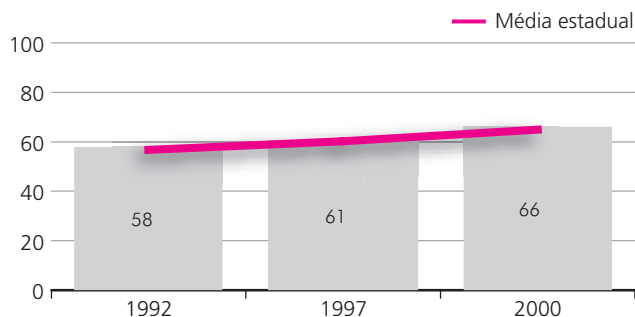
São José dos Campos registrou crescimento em quase todos os setores da economia, em especial nas atividades industriais, melhorando ainda mais a posição do município no *ranking* geral, e mantendo seu índice agregado em patamar superior às médias regional e estadual.

Longevidade: queda nas taxas de mortalidade de todas as faixas de idade

São José dos Campos ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 396^a

2000 – 352^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

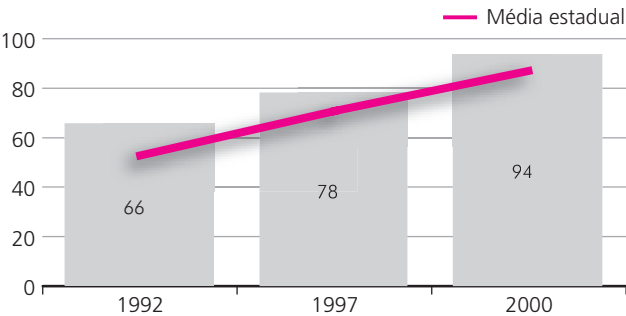
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,9 para 13,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 20,5 para 17,3;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,7 para 2,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 41,5 para 39,2.

O ganho de posições de São José dos Campos no *ranking* geral deveu-se não apenas às reduções das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, mas também a seu nível baixo, com exceção das pessoas de 15 a 39 anos, o que não impediu de seu índice agregado se situar acima das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: excelentes resultados

São José dos Campos ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 58ª
2000 – 34ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 56,2% para 75,4%;
- a proporção das pessoas entre 20 a 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 32,6% para 53,3%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 95,4% para 97,0% e a das pessoas de 15 a 24 anos variou de 97,5% para 97,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública elevou-se de 26,0% para 29,4%.

As elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio atingidas por São José dos Campos melhorou ainda mais sua posição no *ranking* geral, e colocou o índice agregado do município em patamar muito superior à média regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	538.298
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	471,36
Número de Domicílios Particulares Permanentes	142.693
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	90,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	96,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	14,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,84

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A permanência de São José dos Campos no Grupo 1 do IPRS refletiu os bons resultados alcançados pelo município em suas três dimensões, ressaltando o crescimento da atividade industrial, da redução e dos baixos níveis atingidos pelas taxas de mortalidade em todas as faixas de idade (com exceção das pessoas de 15 a 39 anos, que ficou acima da média estadual) e das elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

16º

Riqueza

352º

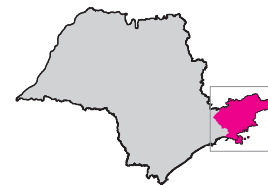
Longevidade

34º

Escolaridade

SÃO LUÍS DO PARAITINGA

São Luís do Paraitinga, que se encontrava no Grupo 5 em 1992, passou para o Grupo 4 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, juntando-se aos municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Além do seu nível baixo de riqueza municipal, São Luís do Paraitinga apresenta nível intermediário de escolaridade, mas índice de longevidade superior à média do total dos municípios paulistas.

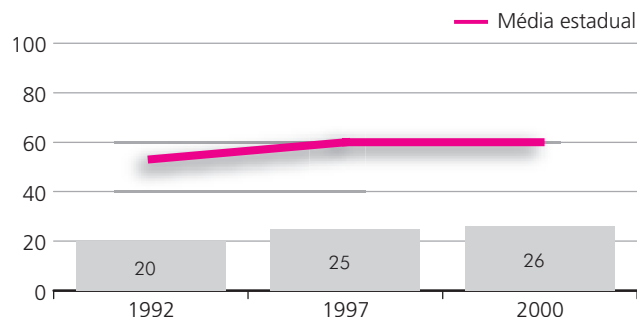


Riqueza: queda da atividade industrial e do rendimento médio

São Luís do Paraitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 613^a

2000 – 614^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 3,8 MW para 4,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial cresceu de 1,5 MW para 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 360 para R\$ 346;
- o valor adicionado *per capita* registrou queda de R\$ 878 para R\$ 702.

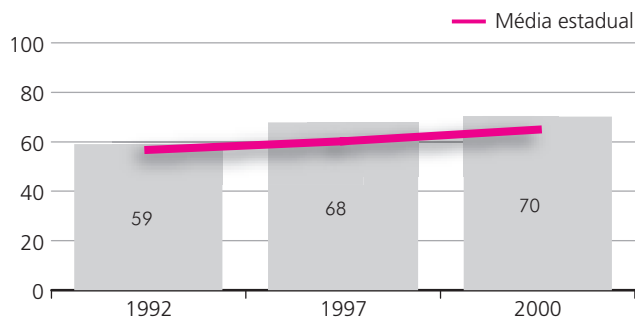
São Luís do Paraitinga registrou crescimento das atividades dos setores primário e terciário, e retração na atividade industrial e no rendimento médio, determinando a perda de uma posição no *ranking* e mantendo seu índice agregado situado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal

São Luís do Paraitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 199^a

2000 – 218^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

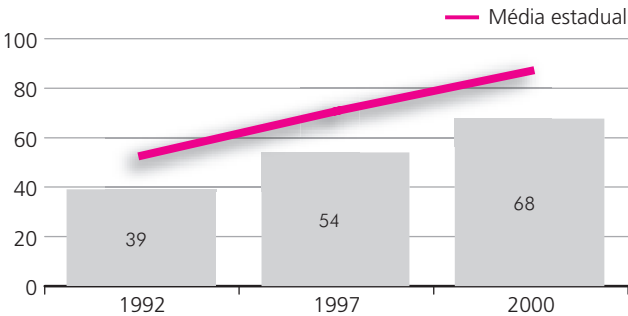
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) cresceu de 12,9 para 13,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 12,8 para 17,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,2 para 1,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 46,3 para 39,4.

São Luís do Paraitinga registrou aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal, que lhe custou posições no *ranking*, mas que foi compensado pelas quedas das taxas de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos e com mais de 60 anos, colocando seu índice agregado em patamar superior às médias regional e estadual.

Escolaridade: recuo da taxa de conclusão do ensino médio

São Luís do Paraitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 524^a
2000 – 584^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 30,6% para 52,2%;
- a proporção das pessoas entre 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio caiu de 21,3% para 19,1%;
- a proporção das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 89,7% para 97,0% e a das pessoas de 15 a 24 anos variou de 94,7% para 95,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 35,8% para 36,7%.

São Luís do Paraitinga registrou melhorias em quase todos os componentes do indicador. A taxa de conclusão do ensino médio apresentou recuo, e isso lhe custou a perda de posições no *ranking* e a manutenção do índice agregado do município em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	10.424
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	14,14
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.796
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	77,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	93,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	97,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	13,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Em São Luís do Paraitinga, a análise do IPRS mostra relativa estabilidade na dimensão riqueza, crescimento insuficiente na taxa de conclusão do ensino fundamental, e queda da taxa de cobertura do ensino médio. Na dimensão longevidade, aos aumentos das taxas de mortalidade infantil e perinatal foram contrapostos avanços nas taxas de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos e daquelas com mais de 60 anos.

Ranking 2000

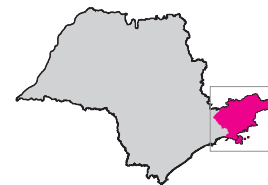
614^o
Riqueza

218^o
Longevidade

584^o
Escolaridade

SÃO SEBASTIÃO

São Sebastião manteve-se no Grupo 2 nas três edições do IPRS, juntamente com os municípios economicamente dinâmicos e de baixo desenvolvimento social. Ao lado dos altos níveis de riqueza municipal que ostenta, São Sebastião apresenta indicadores de longevidade e escolaridade apenas em níveis intermediários, o que demonstra o grau de disparidade presente no município.

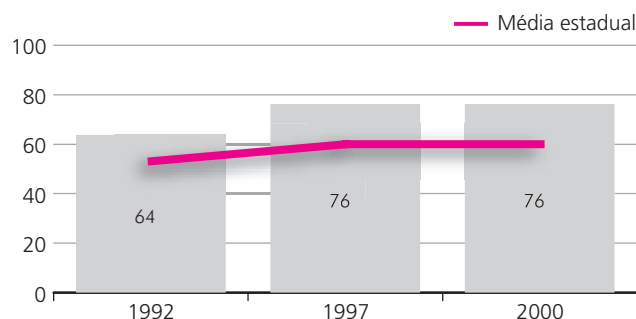


Riqueza: crescimento das atividades econômicas

São Sebastião ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 2ª

2000 – 2ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 85,6 MW para 101,4 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 3,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 686 para R\$ 595;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 17.093 para R\$ 30.177.

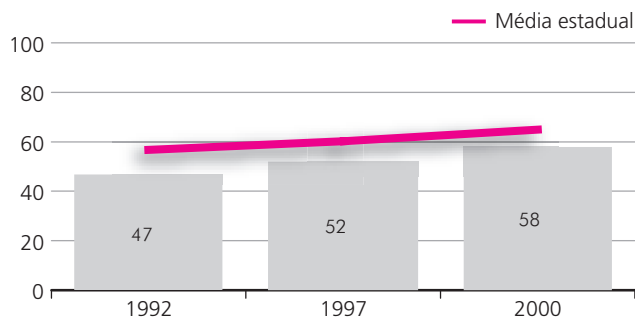
São Sebastião manteve sua privilegiada posição no *ranking* geral, em função do crescimento de todas as atividades econômicas, o que também permitiu manter seu índice agregado em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: avanços contrapostos pela taxa de mortalidade perinatal

São Sebastião ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 564ª

2000 – 540ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

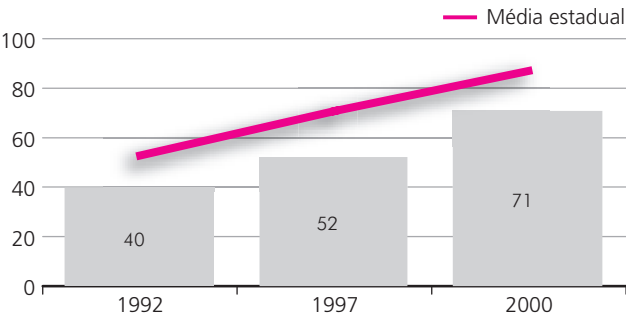
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) registrou queda de 22,3 para 19,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 26,0 para 27,8;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 3,0 para 2,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 47,0 para 37,3.

São Sebastião registrou queda das taxas de mortalidade em todas as faixas de idade, à exceção da perinatal, o que não impediu que o município melhorasse sua posição no *ranking*. Manteve, entretanto, seu índice agregado abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

São Sebastião ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 569^a
2000 – 556^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 32,9% para 51,3%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio subiu de 15,5% para 26,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 91,2% para 95,0% e a das pessoas de 15 a 24 anos cresceu de 93,2% para 95,5%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 44,3% para 45,6%.

Apesar de São Sebastião ter apresentado avanços nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que lhe rendeu posições no *ranking* geral, os baixos níveis de cobertura dessas taxas também responderam pelo fato de o índice agregado do município permanecer abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	57.745
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	120,55
Número de Domicílios Particulares Permanentes	16.103
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	37,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	71,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	31,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de São Sebastião mostra o bom desempenho e os elevados níveis dos indicadores da dimensão riqueza, os modestos avanços das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, e na dimensão longevidade, apesar dos progressos, merecem destaque as altas taxas de mortalidade perinatal e das pessoas de 15 a 39 anos.

Ranking 2000

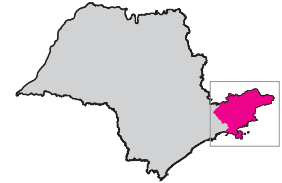
2º Riqueza

540º Longevidade

556º Escolaridade

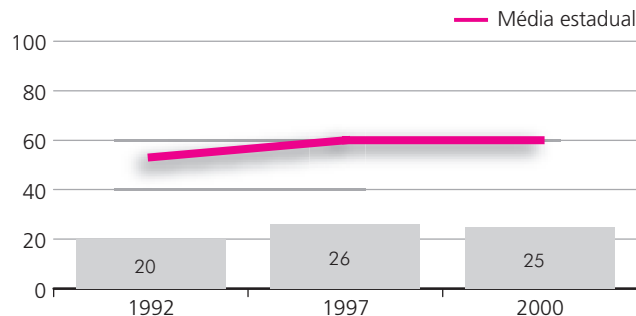
SILVEIRAS

Silveiras manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, juntamente com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Sua localização em região de baixo dinamismo econômico, associada ao seu pequeno porte, manteve baixo o nível de riqueza de Silveiras, que também apresenta indicadores de longevidade e escolaridade em patamares inferiores à média do conjunto dos municípios paulistas.



Riqueza: queda do rendimento médio

Silveiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 606^a
2000 – 627^a



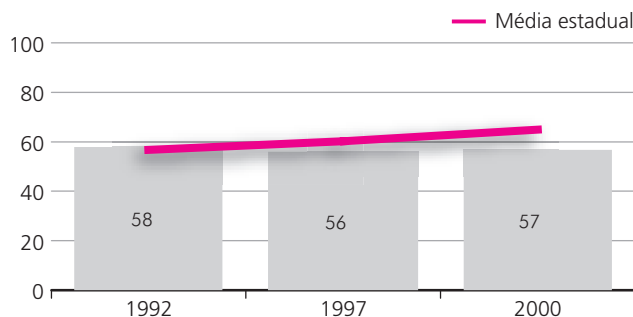
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 2,8 MW para 4,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial cresceu de 1,5 MW para 1,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 492 para R\$ 304;
- o valor adicionado fiscal *per capita* variou de R\$ 544 para R\$ 539.

Silveiras registrou crescimento das atividades dos setores primário e terciário. Mesmo assim, a queda do rendimento médio piorou a posição do município no *ranking*, e manteve seu índice agregado dessa dimensão em patamar inferior às médias regional e estadual.

Longevidade: resultados aquém do desejável

Silveiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 502^a
2000 – 555^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 31,4 para 30,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 24,1 para 24,8;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 1,9 para 2,1;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,0 para 34,4.

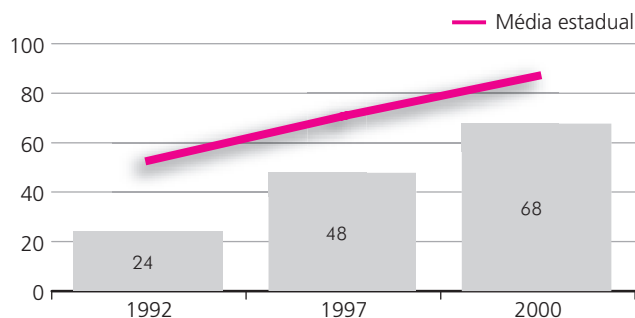
À exceção da taxa de mortalidade dos idosos, Silveiras registrou resultados muito aquém do desejável nas demais taxas, o que determinou a perda de posição do município no *ranking* geral e a permanência de seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Escolaridade: avanços nas taxas de conclusão do ensino médio e alfabetização

Silveiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 599^a

2000 – 586^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 25,7% para 29,4%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 16,1% para 31,9%;
- a proporção das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 86,9% para 95,2% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 94,0% para 97,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública diminuiu de 65,1% para 61,6%.

Silveiras registrou resultados positivos na taxa de conclusão do ensino médio e no índice de alfabetização das pessoas de 10 a 24 anos, o que lhe valeu algumas posições no *ranking* e na pontuação do seu índice agregado, que, no entanto, permaneceu abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.373
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	13,04
Número de Domicílios Particulares Permanentes	652
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	88,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	90,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	94,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,42

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Silveiras mostra o baixo desempenho da dimensão riqueza, com queda do rendimento médio, o comportamento pouco favorável da dimensão longevidade e os modestos avanços da dimensão escolaridade, merecendo destaque apenas o crescimento da taxa de conclusão do ensino médio e da alfabetização de jovens e adultos.

Ranking 2000

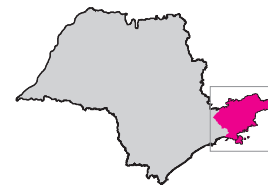
627^o
Riqueza

555^o
Longevidade

586^o
Escolaridade

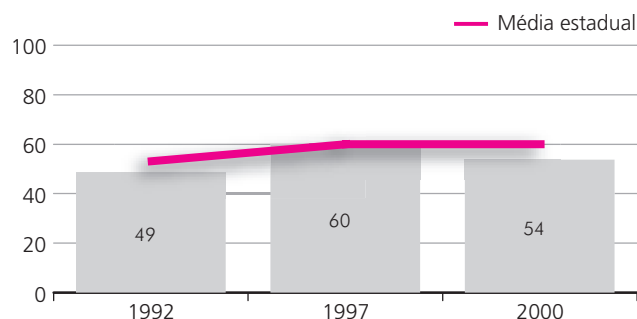
TAUBATÉ

Taubaté, que pertencia ao Grupo 4 em 1992, classificou-se no Grupo 1 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, junto aos denominados “municípios-pólo”, em função da sua importância para o desenvolvimento regional e de seus elevados níveis de riqueza municipal. A essas características, Taubaté agrega também elevados níveis de longevidade e escolaridade, ambos situados em patamares superiores às médias do conjunto dos municípios do Estado.



Riqueza: queda da atividade industrial e do rendimento médio

Taubaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 34^a
2000 – 72^a



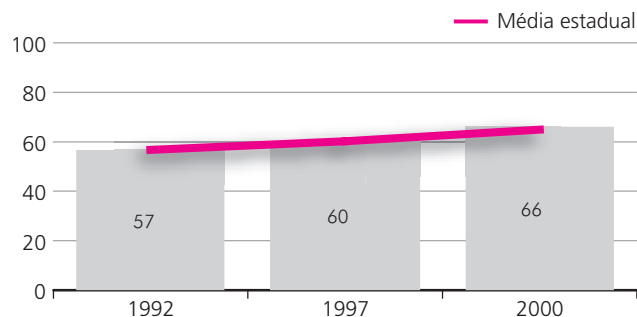
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,6 MW para 12,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 2,5 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 1.240 para R\$ 767;
- o valor adicionado anual *per capita* reduziu-se de R\$ 8.003 para R\$ 6.327.

Taubaté registrou quedas da atividade industrial e do rendimento médio, não compensadas pelo crescimento das atividades ligadas aos setores primário e terciário, provocando perda de posição do município no *ranking* geral e na sua pontuação agregada, a qual ficou abaixo das médias regional e estadual.

Longevidade: queda das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade

Taubaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 412^a
2000 – 354^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

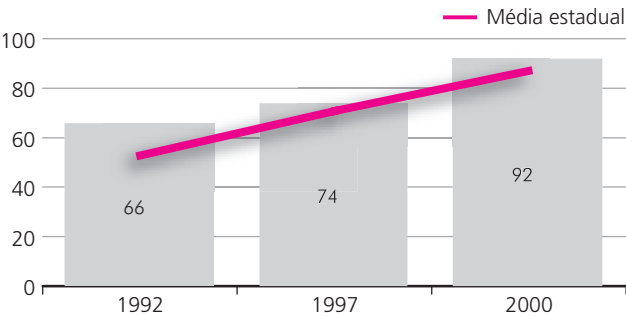
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 18,4 para 16,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 19,5 para 17,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,5 para 1,9;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 44,3 para 40,7.

O ganho de posições de Taubaté no *ranking* geral decorreu da redução das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade e dos baixos níveis alcançados, que também resultou na colocação do seu índice agregado em patamar acima das médias da Região e do Estado.

Escolaridade: altas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Taubaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 93ª
2000 – 85ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 53,2% para 69,0%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 31,8% para 50,4%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 93,7% para 96,5% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 96,9% para 97,2%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 27,8% para 33,8%.

Taubaté alcançou elevadas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, que não só melhoraram a posição do município no *ranking*, mas também posicionaram seu índice agregado em patamar superior às médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	243.783
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	400,30
Número de Domicílios Particulares Permanentes	62.482
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	94,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,80

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS em Taubaté indicou desempenho negativo na dimensão riqueza, com forte recuo da atividade industrial e do rendimento médio, desempenho favorável na dimensão longevidade, com quedas das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade, e excelentes resultados na dimensão escolaridade.

Ranking 2000

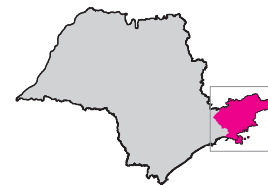
72º Riqueza

354º Longevidade

85º Escolaridade

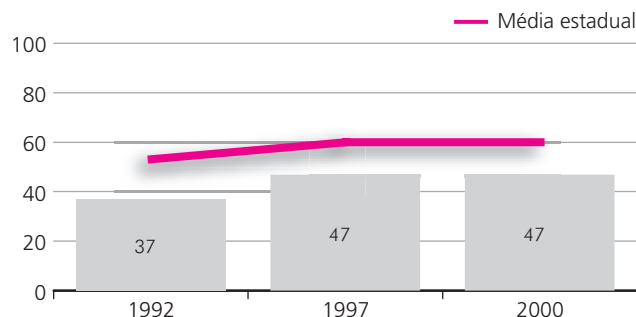
TREMEMBÉ

Tremembé, que se encontrava no Grupo 4 em 1992, passou para o Grupo 3 nas edições do IPRS de 1997 e 2000, juntando-se aos municípios que, mesmo com baixo desenvolvimento econômico, exibem indicadores sociais satisfatórios. Apesar do nível baixo de riqueza municipal, Tremembé apresenta indicadores de escolaridade próximos à média estadual e índice de longevidade situado em patamar superior à média dos municípios do Estado.



Riqueza: crescimento do nível de atividade

Tremembé ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 172^a
2000 – 168^a



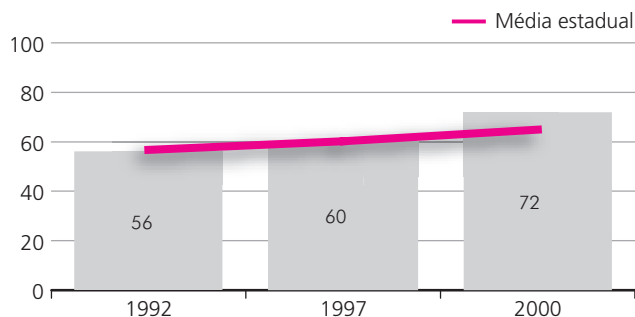
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,3 MW para 7,1 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 2,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 540 para R\$ 547;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 1.098 para R\$ 1.219.

Tremembé registrou crescimento em todos os setores de atividade econômica, o que valeu ao município algumas posições no *ranking*, ficando seu índice agregado em patamar inferior às médias da Região e do Estado.

Longevidade: importantes resultados

Tremembé ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 413^a
2000 – 134^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

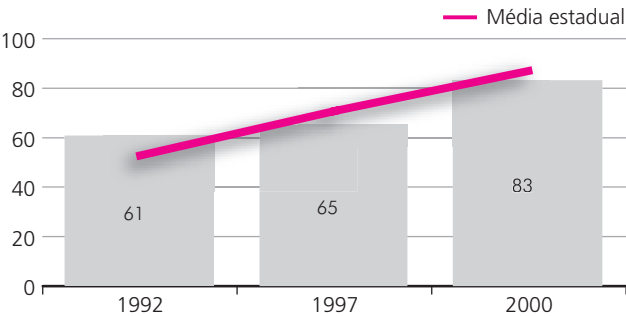
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 25,8 para 10,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 17,8 para 12,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) manteve-se estável em 1,7;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 49,6 para 41,3.

A evolução de Tremembé no *ranking* geral refletiu queda na maioria das taxas de mortalidade (exceto na faixa de 15 a 39 anos) e também os baixos níveis que essas taxas atingiram, o que fez o seu índice agregado ficar em patamar superior às médias regional e estadual.

Escolaridade: crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Tremembé ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 291ª
2000 – 280ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,6% para 64,3%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 25,0% para 35,8%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 92,1% para 96,6% e a das pessoas de 15 a 24 anos subiu de 95,9% para 97,2%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública oscilou de 15,0% para 17,5%.

O crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio melhorou a posição de Tremembé no *ranking* e na sua pontuação agregada, embora seu índice tenha ficado abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	34.746
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	187,82
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.512
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	87,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	91,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	95,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,85

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Tremembé mostrou os excelentes resultados da dimensão longevidade, em particular as quedas das taxas de mortalidade infantil e perinatal, os bons resultados na dimensão escolaridade, com a elevada taxa de conclusão do ensino fundamental, e os modestos desempenhos dos indicadores da dimensão riqueza.

Ranking 2000

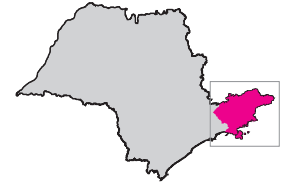
168ª Riqueza

134ª Longevidade

280ª Escolaridade

UBATUBA

Ubatuba manteve-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, junto com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social, já que, além do seu nível baixo de riqueza, apresenta índices de longevidade e escolaridade situados em patamares inferiores às médias do total dos municípios do Estado.

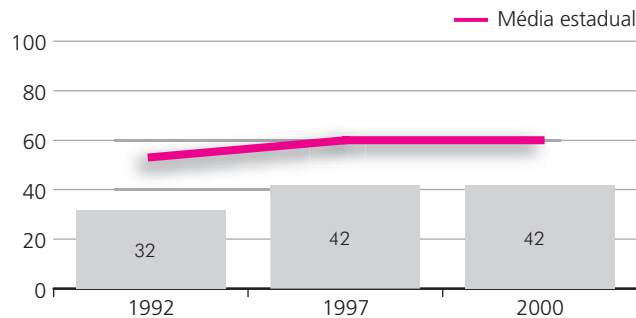


Riqueza: queda do valor adicionado fiscal *per capita*

Ubatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 272^a

2000 – 274^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 11,2 MW para 11,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial ficou estável em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 510 para R\$ 519;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.187 para R\$ 838.

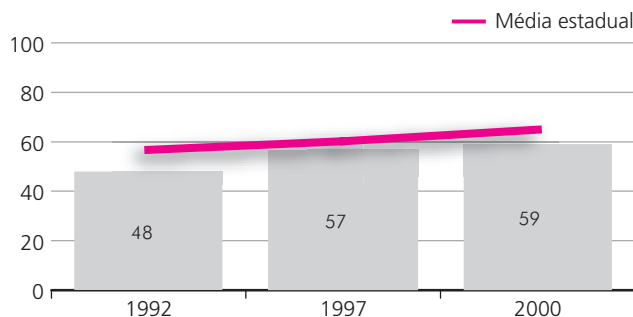
O principal responsável pela perda de posições de Ubatuba no *ranking* foi a queda do valor adicionado fiscal *per capita*, que também contribuiu para que o índice agregado do município permanecesse abaixo das médias da Região e do Estado.

Longevidade: aumento da taxa de mortalidade perinatal

Ubatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 495^a

2000 – 508^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

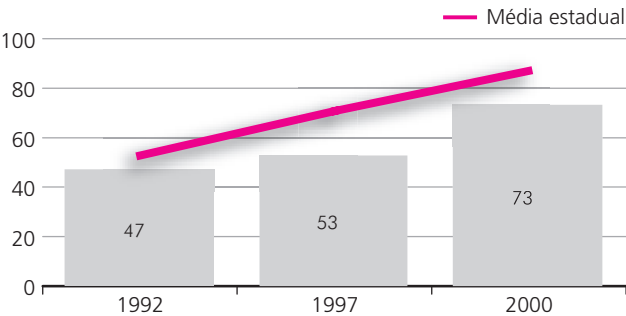
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,1 para 21,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 21,7 para 24,0;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil pessoas) diminuiu de 3,0 para 2,4;
- a taxa de mortalidade entre os maiores de 60 anos (por mil pessoas) decresceu de 41,6 para 38,0.

O aumento da taxa de mortalidade perinatal e os elevados níveis em que se encontram as demais taxas fizeram Ubatuba piorar a sua posição no *ranking* e determinaram que o seu índice agregado permanecesse abaixo das médias regional e estadual.

Escolaridade: cresce número de jovens que concluíram o ensino médio

Ubatuba ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 549ª
2000 – 516ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a parcela das pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 33,1% para 53,4%;
- a proporção das pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 15,4% para 31,4%;
- a parcela das pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 90,6% para 93,9% e a das pessoas de 15 a 24 anos oscilou de 94,8% para 95,2%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública subiu de 33,6% para 38,6%.

Ubatuba registrou crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, que resultou na melhoria da posição do município no *ranking* geral. O indicador de escolaridade, apesar de registrar aumento em sua pontuação, permaneceu abaixo das médias da Região e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	66.644
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	97,72
Número de Domicílios Particulares Permanentes	17.745
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	22,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	76,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	25,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,70

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A análise do IPRS de Ubatuba mostrou pequeno recuo da dimensão riqueza, com queda da atividade industrial, resultados pouco favoráveis na dimensão longevidade, inclusive com aumento da taxa de mortalidade perinatal, e crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

274ª
Riqueza

508ª
Longevidade

516ª
Escolaridade